

|   |   |                 |                         |
|---|---|-----------------|-------------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | <b>RQ - 025</b> | <b>Data: 19/10/2010</b> |
|   |   |                 | <b>Revisão: 001</b>     |
|   |   |                 | <b>Página 1 de 19</b>   |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                 |                         |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 25

Ata 03/2024 da Audiência Pública sobre a "Preservação de Árvores em Gramado", realizada no dia 16 de abril de 2024, no Plenário Júlio Floriano Petersen, conduzida pelo presidente da **Comissão de Mérito** vereador **Prof. Daniel PSDB**.

**Ata 03/2024 da Audiência Pública sobre a "Preservação de Árvores em Gramado", realizada no dia 16 de abril de 2024, no Plenário Júlio Floriano Petersen, conduzida pelo presidente da Comissão de Mérito vereador Prof. Daniel PSDB.** Esteve presente nesta audiência pela Bancada Progressistas o vereador **Ike Koetz e Neri da Farmácia**, pela Bancada MDB estavam presente os vereadores **Cícero Altreiter, Renan Sartori**, pelo Partido Social da Democracia Brasileira vereador **Celso Fioreze**. Presidente da Comissão saudou a presença de todos, e convidou para compôr a Mesa, a Secretária Municipal de Meio Ambiente **Cristiane Bandeira**, que também é Presidente do Condema, o coordenador da Defesa Civil de Gramado **Cássio de Oliveira Freitas**, a voluntária Presidente do Movimento Ambiental Região das Hortênsias **Isabel Scheid** e como representante da comunidade e do grupo que solicitou esta Audiência Pública **Marcelo Caruccio**. Então nós vamos dar início a audiência pública invocando a proteção de Deus declara aberto aos trabalhos desta audiência pública da Comissão de Mérito, para falarmos discutirmos sobre a preservação das árvores e das paisagens, e para falarmos sobre a preservação das árvores das paisagens do nosso município. Esta audiência foi motivada devido a grande comoção, repercussão, gerada pela derrubada de uma araucária que aconteceu na Avenida Borges de Medeiros, e estimulou um grande debate na cidade, que também estimulou essa audiência pública que a Câmara junto com o Executivo, Defesa Civil, Movimento Ambiental, comunidade, se propõe hoje a discutir de forma muito civilizada né, muito propositiva hoje nessa noite. Eu peço que a comunidade que nos acompanha virtualmente, caso queira se manifestar envie suas contribuições pelas nossas mídias digitais, página do YouTube ou do Facebook da Câmara de Vereadores de Gramado, ou ainda pelo nosso whatz app número 54 3295 7000, sua pergunta ou sugestão será lida e respondida durante o nosso encontro. Também Informo ainda que a audiência pública ficará à disposição nas nossas mídias para que a comunidade possa acompanhar posteriormente. Então nós vamos já dar início a ela, a metodologia é cada representante vai fazer o uso do tempo de dez minutos, depois nós passamos para que os vereadores façam uso do tempo de três minutos, e depois nós também vamos fazer abertura para que a comunidade possa fazer a sua manifestação até os três minutos, nós vamos pedir para que a gente faça na medida do possível e esse também é um papel que me cabe aqui eh tentar é organizar o tempo, possibilitar que todas as pessoas possam também fazer as suas manifestações, eh para que a gente possa ter uma audiência pública organizada né e com início meio e fim. Então nós vamos iniciar o pronunciamento do representante da comunidade o Marcelo Caruccio pelo tempo de dez minutos. **Marcelo Caruccio:** "Boa noite a todos, eu espero que vocês não se importem que eu vou ler o meu pronunciamento tá, e o meu cérebro funciona mais escrevendo do que falando de improviso tá, infelizmente. Me chamo Marcelo Caruccio trabalho como designer gráfico, mas falo em nome do grupo SOS Verde que já chegou a noventa pessoas, e foi organizado para defender a flora da cidade, falo também em nome de quase quinhentas pessoas que assinaram uma baixo assinado online, apoiando a nossa iniciativa e acredito que em nome de boa parte dos cidadãos de Gramado. Como é do conhecimento de todos a obra na Avenida Borges de Medeiros 4029 foi embargada por causa de irregularidades relacionadas ao cumprimento das condicionantes ambientais, entre as quais aquelas que motivaram o corte das araucárias, parece-nos que as escavações para a construção do hotel danificaram tanta as raízes das araucárias que elas ficaram debilitadas a ponto que podiam desabar a qualquer momento. Essa foto aí mostra como é que era o terreno antes da derrubada tá. A derrubada das araucárias na frente do Rissul de qualquer não é a única, ano após ano vemos árvores que levaram dez quinze anos para crescerem, serem assassinadas em nome do progresso das novas construções, da modernidade, e da necessidade. O progresso econômico e arquitetônico da cidade São bem-vindos e necessários, mas não ao preço que estamos pagando. A população de Gramado não está satisfeita com o rumo que a cidade está tomando, onde há uma multiplicação de grandes empreendimentos imobiliários, que estão afetando a flora local de uma maneira cada vez mais rápida e assustadora. O turismo sustenta Gramado, e o turista é atraído à cidade entre outras coisa, claro pela sua vegetação exuberante e única. Os cidadãos querem mais contrapartidas à construção de prédios, queremos que as leis ambientais sejam cumpridas sem exceções, não adianta derrubar uma araucária ou das araucárias nesse caso, de vinte anos, para depois plantar umas mudas de Ipê lá nos confins da cidade. A supressão de araucárias deve ser uma exceção e muito raro, não fato corriqueiro, trata-se de uma política que está desfigurando a paisagem de Gramado, não somente no centro mas já está avançando para a Várzea e as Linhas do interior. Dito isso, os cidadãos de Gramado pedem: 1 - A suspensão imediata e preventiva da supressão já permitida de araucárias em Gramado, até uma revisão das licenças e autorizações liberadas até aqui. 2 - Que o caso da derrubada das araucárias da Borges de Medeiros 4029, seja investigado profundamente, esclarecido e que a construtora, a municipalidade, ou qualquer profissionais responsáveis, sejam severamente punidos, se comprovadamente se acharem em falta. E que a população informada de modo que não pare mais nenhuma confusão em quem é o culpado do desastre, pois pensamos que a licença previa a a preservação das araucárias, mas por imperícia ou negligência, ou pouco caso da construtora, as raízes foram mortalmente agredidas. Foi isso mesmo que aconteceu? 3 - Que novos projetos e empreendimentos liberados pela prefeitura, sejam mais rigorosos não somente a preservação ambiental, mas ao bom senso e à vontade da população. 4 - Creio que consta já na lei, que a derrubada de araucárias é proibida, salvo em alguns casos que o município julgue serem pertinentes. Queremos que a supressão de araucárias seja uma exceção raríssima e não uma coisa corriqueira, o mesmo com as demais árvores, principalmente árvores que notadamente tem grande valor paisagístico, sejam elas nativas ou exóticas. Falando nisso, há uma esquina na Avenida das Hortênsias a uma quadra passando a Igreja Luterana à direita, onde uma pequena floresta de araucárias gigantes e pinheiros alemães está toda marcada com fitas, essa da foto. Não sabemos quantas serão cortadas ou poupadas. 5 - Maior transparência nas licenças, laudos, pareceres, e demais informações de toda e qualquer obra, que interfira diretamente nas questões paisagísticas do município, bem como de áreas de grande interesse turístico, tendo a participação dos moradores locais em consultas sobre as obras que os afetará. Que todas as informações fiquem amplamente em detalhes, e de forma bem clara disponibilizadas à consulta da população no site da prefeitura. Os cidadãos de Gramado sugerem: 1 - Que seja criada uma lei, em que todo novo empreendimento imobiliário seja um edifício comercial simples no centro, ou um mega empreendimento com milhares de metros quadrados, tenha em seu projeto o plantio de um número x de árvores em relação aos seus metros quadrados construídos. Vemos espaços enorme em frente a inúmeros prédios recém erguidos ou mais antigos, onde há uma área grande onde não se vê plantada uma única árvore, como na foto da TV. Notem como as árvores na frente fazem toda a diferença principalmente no sol do verão. Então esse é um exemplo de vários locais nas cidades que tem um terreno, que vários terrenos que tem no centro da cidade que tem uma área enorme na frente, que não tem uma única árvore plantada, é uma solução bem simples, que pode ser implementada na cidade e fazer toda a

|   |   |                 |                         |
|---|---|-----------------|-------------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | <b>RQ - 025</b> | <b>Data: 19/10/2010</b> |
|   |   |                 | <b>Revisão: 001</b>     |
|   |   |                 | <b>Página 2 de 19</b>   |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                 |                         |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 26

diferença. 2 - Que seja criada uma lei em que todo novo empreendimento imobiliário a partir de um número x de metros quadrados, contemple uma área que corresponda a uma porcentagem do terreno para a construção de uma pracinha arborizada para uso público. Isso visa grandes projetos arquitetônicos como por exemplo, o Vita Boulevard ou o empreendimento da Borges 4029 em questão. A foto seis, caso seja um projeto menor, uma maneira simples seria a exigência de um recuo de cerca de cinco metros do meio fio, onde haja árvores e bancos como mostra a foto na TV. 3 - Que seja formada uma comissão temporária de investigação de licenças ambientais emitidas até o momento. 4 - Que daqui por diante a reposição seja feita por lei no local da devastação ao redor da nova edificação, não em algum ponto longe da cidade, além de ser lógico que um lugar devastado precise novas mudas de árvores. A população Precisa ver que esta compensação foi realmente feita. 5 - Que a compensação do corte das árvores no empreendimento da Avenida Borges de Medeiros 4029, seja feito naquele local que sejam plantadas várias árvores ali mesmo, tanto entre os prédios como na calçada. 6 - Uma reavaliação em relação a multas, estarão as multas tão leves que compense a quebra da lei? Pensa-se que em vez de valor um pecuniário poderia-se talvez substituí-las por melhorias diretas à comunidade, como doação de placas solares para hospitais, creches, escolas, saneamento de esgoto criação de praças, entre outras coisas que pudessem reverter diretamente em benefícios à comunidade, mas obviamente que a lei não fosse descumprida. Em primeiro lugar para finalizar, eu quero deixar bem claro, não somos contra o empreendedorismo não, não somos contra os empresários, não somos contra o capitalismo, não somos contra o progresso. Essa carta não é um ataque à figura do prefeito, queremos trabalhar com o prefeito pela cidade, não somos um grupo com pretensões políticas contra ou a favor de nenhum partido, ou político, queremos que os vereadores e a prefeitura atuem conosco para melhorarmos a política de meio ambiente da cidade, sem sacrificar as araucárias, e sem sacrificar os empregos e a vitalidade Gramado. Espero contar com todos muito obrigado". Presidente da Comissão agradeceu ao Marcelo, sugeriu que protocolasse tanto no executivo quanto no legislativo este documento apresentado em audiência, e passou a palavra para a Presidente do MARH **Isabel Scheid**: "Obrigada, inicialmente cumprimento a Mesa, cumprimento os vereadores, e principalmente cumprimento a plateia, todas as pessoas que estão reunidas aqui hoje para debater um assunto extremamente importante, que é o bem-estar do cidadão. Movimento ambientalista tá há vinte e dois anos no ativismo ambiental, eh nós temos um olhar, certamente um olhar ecológico para o pro global, pro cósmico. Estamos muito atentos a todas as modificações que estão acontecendo eh a nível do planeta, mas nós vivemos nessa cidade, nessas cidades que o nosso ativismo ele é basicamente local, é um movimento ah de ambientalismo urbano. Eu tenho certeza que muitos dos presentes aqui, conhecem o trabalho do MARH, em relação por exemplo a questão de poluição, dos recursos hídricos urbanos, e também na questão da defesa da flora e da fauna dessa cidade. Nesse sentido então, nós nos apresentamos como um grupo que tem sim uma preocupação muito grande com a questão ambiental na cidade, nós presenciamos e não nos resignamos a essa intensa e rápida exploração, e degradação de recursos naturais na nossa região, com a prioritária finalidade de um desenvolvimento econômico que prejudica visivelmente o nosso meio ambiente. Nós falamos de sustentabilidade, mas nós ainda estamos muito longe da sustentabilidade né, e esse cenário atenta de forma negativa na qualidade de vida, e na manutenção da qualidade do ambiente que nos rodeia. O MARH sempre pregou por uma exploração racional dos recursos existentes na região, a fim de obter um adequado equilíbrio entre preservação de meio ambiente e desenvolvimento econômico, fazendo uso de uma exploração racional dos recursos. E infelizmente não é isso que nós estamos vendo ultimamente, nos últimos nos últimos anos, e de uma forma acelerada. Ouvindo o senhor Marcelo aqui, eh só posso manifestar a posição da nossa entidade de suporte, de apoio, às palavras, ao sentimento que vem desse grupo convergente a nós o grupo SOS Verde, SOS Verde saudamos com muita alegria todos os movimentos nesse sentido. Eu lembro que há quase cinquenta anos atrás, um movimento que partiu primeiro de um estudante, depois foram três jovens que subiram em uma árvore em Porto Alegre, eh para evitar que essa árvore fosse cortada, teve repercussão eh mundial essa atitude desses moços né, foi um reforço muito importante ao início do movimento ecológico no Rio Grande do Sul. Nós pensamos que esses rapazes, três pessoas que no final do dia eram quinhentas ao redor da árvore, e eles não salvaram uma árvore, eles salvaram milhares de árvores em Porto Alegre, no estado, no país afora e quem sabe no mundo. Então o movimento cidadão sim, ele é importante, ele deve ser ouvido nesse sentido, eu saúdo muito, saúdo mais ainda essa reunião aqui, porque representa o seguinte, representa que o cidadão é o ouvido não somos inaudíveis, não somos transparentes, isso é muito importante. A partir daí acredito que se formam mais canais de comunicação, que devem ser mais eh usados, mais ativados, ou seja, no sentido de que realmente se tenha representatividade em todos os fóruns, que dizem respeito ao bem-estar do cidadão. Eu gostaria de lembrar voltando especificamente para a situação que nos reúne aqui, pelo motivo que nos traz aqui, eu gostaria de lembrar que eh existe sim Gramado tem uma legislação de arborização urbana, Gramado tem uma legislação de preservação né, infelizmente infelizmente essa legislação tem sido pouco considerada, tem sido atropelada. Se nós eh olhamos para a legislação de arborização, nós vemos deixa me localizar aqui, eh o Plano Municipal de arborização que sim, deve ser visto como um plano de arborização, como uma carta de intenção e de realização da arborização da cidade como um todo, e não apenas da arborização viária. Ele diz no seu artigo segundo, ou no seu artigo segundo estabelece os objetivos do plano, e no artigo quarto, é muito claro que o objetivo é incentivar e orientar com vistas ao plantio, manutenção, e preservação da arborização urbana ou seja, nós temos legislação, nós temos legislação, essa legislação deve ser cumprida nesse sentido SOS Verde tem muita razão, em discutir, em questionar, em solicitar o cumprimento de legislações que já existem. O Mar muitas vezes se posicionou, e o MARH sempre se posiciona nesses vinte dois anos de jornada eh nós sempre procuramos basear as nossas reivindicações, as nossas ações em fatos e dados em situações legais né. Não somos tira bombas pelo contrário, nós procuramos ter uma base legal, e eu vejo que nós temos cada vez mais o cidadão reivindicando os seus direitos, e especialmente os seus direitos no sentido de uma visão maior da cidade né. Por outro lado eh nós entendemos que em cidades como a nossa né, nós estamos submetidos a uma pressão muito grande, e que sim, o cidadão deve ser ouvido e deve ser pensado. Mecanismo nesse sentido, nós trazemos a situação algumas situações, eh que podem levar o cidadão a realmente valorizar também valorizar, e cada vez mais defender o patrimônio natural da cidade, uma dessas situações né, uma dessas dessas, mecanismos que nós temos né, esses mecanismos que estimulem por parte do cidadão as práticas de preservação, reparação e melhoramento de ambientes naturais, são legislações que o levem a manter né essa essa situação de preservação, e de olhar para a área verde né. Nós temos exemplos bem sucedidos em várias comunidades, e citamos exemplos de Pelotas e Guarulhos, que implantaram redução de taxas impositivas a cidadãos ou entidades do município, que eh por sua contribuição que contribui com a preservação do meio ambiente. Nesse sentido falamos especialmente ou especificamente, do estabelecimento, do estudo, da discussão, e do estabelecimento do IPTU verde, ou seja, o retorno ao cidadão das suas práticas de preservação ambiental entre elas. Entre elas a preservação de eh árvores né, em suas áreas particulares né. Eu acho que eh essa essa possibilidade que já adotada em vários municípios, e que com alguma vez já foi discutida nessa Casa, o retorno ao cidadão que tem práticas ambientais, que tem práticas de sustentabilidade, e a questão da arborização é uma delas. Outra questão, é a questão de composteiras, a questão de produção de sua própria energia, recuperação de água de chuva. Todo esse contexto com certeza agrega, soma muito

|   |   |          |                  |
|---|---|----------|------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | RQ - 025 | Data: 19/10/2010 |
|   |   |          | Revisão: 001     |
|   |   |          | Página 3 de 19   |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |          |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 27

a consciência ecológica que nós temos que ter cada vez mais. Porque sim nós dependemos disso, porque sim isso é fonte de recursos para a nossa cidade. Essa cidade é movida né, a matriz econômica da cidade é o turismo, e nós temos que pensar por que move esse turismo, até quando os turistas vem para cá para fazer apenas, para fazer compras, até quando eles vêm para cá para ver prédios, não, nós acreditamos firmemente que o turista vem para cá encantado pela paisagem, e a paisagem deve ser preservada, e um forte um forte instrumento de preservação de paisagem urbana, sem falar da área rural com toda a certeza eu diria mais na também na na área rural, mas também na área urbana, é a instituição do IPTU Verde. Então eu acho que eu já tô quase terminando com o tempo, eh nós nós apoiamos é muito a o surgimento de movimentos que são convergentes ao movimento ambientalista, ou seja, a uma raiz nessa cidade de consciência ecológica que está aumentando, por sorte está aumentando, graças a Deus está aumentando né. Vamos somar fileiras, vamos formar fileiras, vamos sim exigir maior consciência, vamos exigir mais atuação do poder público, mais rigor né. E apoiamos muito a ideia de uma moratória à supressão das araucárias né, antes que nada mais aconteça enquanto não se revise licenças solicitadas, licenças em andamento, que se revise o que quais foram os as condições que as licenças foram concedidas né. Então apoiamos isso tudo e acho que esses momentos traumáticos, eh eles devem servir muito mais do que apenas um trauma, eles devem ser geradores de mudança, e essa mudança passa pelo cidadão, passa pelo poder público, passa pela organização das cidades, pela nossa, pelo nosso poder público, é isso, muito obrigada". Coordenador da Defesa Civil **Cássio Júnior de Oliveira Freitas**: "Boa noite a todos, cumprimento a Mesa aqui presente, demais vereadores aí também já citado no protocolo, Presidente, demais autoridades, e a equipe da Defesa Civil de Gramado. Bem senhores, falando referente as questões citada aí referente a araucária e demais situações de risco, a Defesa Civil de Gramado vai fazer uma breve apresentação referente a tudo que foi pautado nesse presente momento certo. Nossos objetivos aí são preservação da vida, patrimônios, e ao meio ambiente. Então tudo que se refere a meio ambiente, patrimônio e a vida, é ligado sim à Defesa Civil. O motivo da gente tá aqui, cabe ressaltar que todos os profissionais sendo eles Defesa Civil, Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros e Patran, rege um padrão de demanda de trabalho. Então ah referente a araucária, não só araucária, demais árvores que compete a risco eminente, ela é competência Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, e se assim que possível né Secretária me corrige aí também questões de Meio Ambiente. E a gente faz as questões de vistoria, quando é a primeira etapa solicitada pelo solicitante na realidade, feita a avaliação no local, após avaliação, é constatado o risco iminente e é emitida uma documentação. Essa documentação ela também é encaminhada ao órgão competente do município, que é a Secretaria do Meio Ambiente, também a equipe toda ela protocola né, sendo elas com imagens e informando qual é o motivo do risco dos exemplares. Vamos lá, lá o que nos apresenta árvore de risco iminente pessoal, é como essa figura aí que está mostrando aí. Isso sim é um risco iminente, e é um serviço de Defesa Civil, é um risco ao patrimônio e a vida certo. Vocês vêem ali, ela tava um local uma inclinação elevada, onde deu uma movimentação do solo e também sim o peso do exemplar, onde a gente vê ali é uma via pública, a gente vê uma a questão de uma rede elétrica né, como está ali aparentemente aparecendo ali o poste ali né. A gente também mostra mais figuras que compete também serviço de Defesa Civil e questão de vistoria e execuções, eminentes de remoção desse desses exemplares. Exemplar ocorreu aí na Praça das Rosas um dia claro sem vento, e o quê que ocasionou lá uma árvore de grande porte risco para a via pública e demais transeuntes daquele local. Uma solicitação de alto risco na localidade do bairro Piratini uma escadaria né, não dá para perceber muito na na imagem mas o caminho está à frente o exemplar, onde ele apresentou uma forte inclinação de em direção a residências que estavam logo abaixo. Então as nossas avaliações ela vai desde o risco de uma inclinação, problemas fitossanitários, e demais problemas observados referente ao solo né. Nessa situação aí, a gente teve um desmoronamento devido às fortes chuvas na RS 115, também tivemos avaliações junto ao Corpo de Bombeiros local. onde a gente teve que deixar a rodovia interditada por cerca de quatro horas para execução dos trabalhos. Pois bem, vindo essas figuras aí pessoal, vocês podem avaliar os pontos positivos e a gente vê ali na marcação em vermelha é o ponto de perigo, e a marcação verde é o ponto que elas teria que estar 100%, conforme não tivesse movimentado o solo né. A gente fala movimentação de solo quando a gente comenta essa situação, é que o solo ali sofreu grandes né, seja ela rompimento que foi usado ali pelos materiais. Nessas condições aí que foi feita a vistoria pela nossa equipe, o corte junto a araucária deixando sim apresentar um risco eminente às pessoas ali próximas tá. Então esse dia a própria equipe da Defesa Civil foi acionada pela própria equipe do canteiro de obras da própria empresa. Então a gente foi lá, fez a vistoria, foi detectado o risco eminente, foi visto que em roda tinha o trabalho do operários naquela obra ali. E também tinha questões ao lado, nos fundos dessa araucária tinha comércio e residência né. Era uma araucária que tava em torno de uns vinte cinco metros de altura. Então o tombamento dela e sem perceber, não que a gente foi informado no dia 12, essa dia foi dia 11 essa vistoria, no dia 12 ocorreu aquele forte vendaval que ela poderia ter caído por cima das residências que estava ali próxima se não fosse notada pelo pessoal que estava na obra. Inclusive já tinha sido feita avaliação né Secretária, pelo próprio geólogo e os biólogos da própria empresa que estava prestando serviço da obra, que foi ele questionar equipe da Defesa Civil para constatar sim demais risco eminente do exemplar. Aí como a gente mostra a figura, aí como é que tá também a foto, também foi próprios laudos que a gente conferiu também antes de demais das vistorias, como pode dizer ali abaixo ali, que ah o próprio exemplar eles não estava conforme tinha que ser oferecendo demais risco, então era decretado o risco eminente do exemplar. Dentro das avaliações, conforme a gente também recebe dos vereadores e demais da comunidade, a gente vale ressaltar e a Defesa Civil avalia questões que onde não compete o risco eminente, que a gente faz o preenchimento e encaminhamento para a Secretaria competente com Meio Ambiente. Nessas imagens vocês podem ver e os exemplares que chegam até nós, até a questão a equipe perdão, são exemplares que não apresenta o risco eminente, e que é competência totalmente da equipe do da Secretaria de Meio Ambiente, por ser manejo maiores de vegetação. Nessa questão onde chega bastante demanda para nós, que o pessoal relata que essas para nós chegou uma solicitação, que essas duas araucárias elas representavam o risco eminente, após as nossas avaliações foi constatada que ela não apresenta risco eminente, e sim algumas podas de anéis para preservação no local. Essa situação ela é na localidade do Lago Negro, onde a gente também foi criticado eh por tá em risco eminente esses dois exemplares, onde já faz três meses que a gente não tem o apoio e a colaboração da RGE, eh árvores de grande de grande porte oferecendo risco ao transeuntes moradores, onde já ocorreu várias situações de rompimento de cabo de energia elétrica na madrugada, colocando em risco a população. Outra demandou nós, essa árvore de grande porte, também correu nas mídias sociais aí, que uma moradora quer que a gente faça a vistoria, e também essa moradora usou as redes sociais que perante as vistorias da Defesa Civil, ela não estava aceitando, porque ela queria remover essa araucária do local. Foi informada a moradora, que araucária ela não apresenta risco iminente a vidas e patrimônios exceto situações adversas. 92% da solicitação da população gramadense, fez a solicitação para que seja risco eminente, e só 8% a gente comprovou conforme as vistorias, eh o risco em risco eminente conforme os atendimentos de vistorias. Então finalizando, Defesa Civil somos todos nós". Secretária Municipal do Meio Ambiente **Cristiane Bandeira**: "Boa noite a todos, em nome do professor Daniel eu cumprimento os demais vereadores da Casa, cumprimento também as equipes né, os colegas do executivo, a comunidade aqui presente e aqueles que nos

|   |                                 |                  |
|---|---------------------------------|------------------|
|  | CÂMARA DE VEREADORES<br>Gramado | Data: 19/10/2010 |
|   |                                 | RQ - 025         |
|   |                                 | Revisão: 001     |
|   |                                 | Página 4 de 19   |
| <b>Ata de Sessão</b>  |                                 |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 28

assistem pelas redes sociais da Câmara. Antes de passar a palavra para o biólogo da Secretaria o Bruno, eu gostaria de deixar registrado que é com muita satisfação que a Secretaria de Meio Ambiente está aqui hoje, nessa noite chuvosa né, com um desafio de em dez minutos falar um pouco do quê que é a política ambiental municipal em relação à preservação e conservação de vegetação. Existe né, e ouvindo um pouco dos colegas aqui falando, e eu compartilho algumas preocupações e entendo também, toda a comoção que a matéria divulgada gerou na comunidade, eu se fosse né não fosse da área técnica, eu também ficaria extremamente estarecida, vendo uma araucária sendo derrubada né, sem muitas explicações técnicas do contexto em que ela estava, e o que gerou a queda dela. Além do que né, quem atua na área ambiental e não é por acaso que eu estou novamente à frente né da Secretaria do Meio Ambiente, e também fui a primeira Presidente Secretária eleita pelo Condema né, já fizemos aí um ano de gestão à frente do Condema eh por quê, porque há aí um conteúdo técnico e um conteúdo de governança e liderança, junto à Secretaria do Meio Ambiente que hoje está toda aqui, e quando nós soubemos professor que a gente viria né, uma das perguntas dos colegas era, podemos falar, podemos explicar. Este é um momento da comunidade entender né, porque nada melhor eh mesmo que a gente num primeiro momento tenha ficado naquela situação de comoção, vários comentários né, a gente precisa entender o quê que é o nosso desejo, o quê que é a nossa vontade, e o que o nosso sistema normativo e as premissas e salvaguardas que estão lá expostas né, seja na política de Meio Ambiente de 81, seja na Constituição Federal de 88, que recepciona essa lei né, elas vão dizendo, e vão dizendo mais ainda né. Gramado eh nós temos uma legislação em relação à vegetação que é mais restritiva, que é a lei 2810, ela é mais restritiva que os padrões federais e estaduais, e ela é muito bem aplicada. Além disso é muito importante lembrar, que o Condema é composto por representações da sociedade civil, marquem um assento lá né, muito importante a participação de vocês. Tanto que em 2018 quando nós temos a tramitação do processo em situação, do processo de licenciamento do ativa Brasil, que é o empreendimento né, ele inicia em 2016 tramita, é submetido ainda pela ex-secretária Rosaura ao Condema, nós tivemos pelo menos duas intervenções da Câmara técnica dentro de um processo de licenciamento prévio, e que até depois quem pode me ajudar melhor a esclarecer é o Roger, era o presidente do Condema quando se aprovou os critérios de licenciamento, e o que de fato ficaria ali preservado. Porque a gente tem que preservar não só né, as árvores isoladas cumprindo a 2810, mas também os percentuais de mata atlântica, já que Gramado está dentro deste bioma né. Então há diferentes processos, e esses processos tem comandos e controles. Uma outra eh situação e que em outubro quando eu estive aqui nesta Casa com a Sessão Especial junto com o meu colega Rafael, a gente falava muito, o órgão ambiental municipal, ele tem uma formatação que é um pouco diferente né, nós sim estamos dentro do executivo municipal, mas o nosso trabalho tem nuances técnicas né, e mais, nós estamos dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente, e o quê que isso significa dizer né. Nós precisamos seguir a risca as regras seja na parte de resíduos, educação ambiental, na questão de vegetação, por quê, porque quando eu dentro de um sistema e que eu tenho o dever fundamental de pensar, em como licenciar, em como preservar, em como desenvolver econômica social e ambientalmente né, eu tenho regras postas e claras, eu não posso me omitir. E esse é o nosso dia a dia, de quem pensa a política mas executa, que é diferente da Sema que pensa a política e a Fepan executa, são órgãos distintos no nosso desafio no dia a dia é ainda maior né. E aí frente a essas informações, o quê que eu quero dizer para vocês né né, Gramado se destaca por ter uma legislação, por aplicar esta legislação, por ter procedimentos né, o Condema só para vocês terem uma ideia, ele é formado em 2004 se eu não me engano, nasce o Condema né 2005 desculpa, com todas essas representações passados do doze anos, doze anos, em 2017 quando eu estava na Secretaria. sai a primeira resolução do Condema dando regras de licenciamento né, uma construção da sociedade civil com viés técnico né. Passados de 2017 até 2023, nós temos já quatorze resoluções aonde em 2018, a gente avança e tem uma regra pioneira no Estado, que tá lá publicada no Cosema que é a diretriz técnica 01/2018. Essa diretriz técnica cobra compensação de vegetação suprimida em dobro, como forma de estimular a não supressão né, então tudo isso por quê que eu estou dizendo né para vocês assim nesse primeiro olhar. Achemos legítimos todas as manifestações, mas se torna ainda mais legítima a manifestação da sociedade civil, quando ela conhece o procedimento técnico da Secretaria, e qual é o nosso papel né. E agora para entender um pouquinho mais deste formato nesse desafio de tempo né, pode ser né, eu chamo aqui então o biólogo Bruno. Ele é biólogo concursado da Secretaria a dez anos, ele como eu digo e repito e reitero, ele é a pessoa que junto comigo né coordenou o processo de elaboração do Plano de Arborização Urbana, que também é um instrumento importante dentro de um rito né. Ele também subsidiou e acompanhou e realizou todas as oficinas participativas para a criação da unidade de conservação do Parque dos Pinheiros, e ele então veio aqui e se dispôs a nesse breve período, explicar um pouquinho né, o quê que é o trabalho do órgão ambiental, e o quê que Gramado tem em relação às regras de vegetação". Biólogo **Bruno**: "Muito obrigado, eu aceitei o convite da Secretária para explicar tecnicamente como a Secretaria e os técnicos que trabalham junto comigo no licenciamento avaliam os pedidos de manejo de vegetação, e o quê que a gente pode ou não pode autorizar dentro desses pedidos né. A gente fez uma apresentação, ela não tá aparecendo, tá, então mais uma vez obrigado pelo espaço, e a gente tá tratando de manejo de vegetação de várias situações né, pode passar pro primeiro slide né. Como a Cris falou a gente tem uma lei municipal a 28/10 de 2010, que é a lei de proteção da vegetação arbórea resumidamente né, e ela diz que a supressão de exemplares arbóreos nativos ou exóticos, eles precisam de autorização para ser realizado aqui na zona urbana. Não só a supressão, mas como o transplante e a poda, tá, já nós começamos uma restrição muito maior que o estado porque dentro da zona urbana pela importância paisagística para suprimir uma espécie exótica é necessária a autorização também do do executivo tá. E nós temos a ali a outra lei que eu cito ali, é o plano de arborização urbana de Gramado tá, que ele traz os casos onde a gente pode autorizar o a supressão de vegetação tá. Então no primeiro quadro ali você tem a implantação de obras e projetos, parcelamentos né, a gente autoriza num pedido de parcelamento o sistema viário, a infraestrutura tá, basicamente a questão básica para se implantar um parcelamento. Diferentemente de outros municípios, que autorizam eh o corte raso de um de uma área de um loteamento, nós deixamos a pressão de vegetação das edificações que tá logo abaixo para quando tiver o projeto porque a gente apenas autoriza dentro da área da edificação a área de influência direta da obra. Então a gente não autoriza toda a vegetação do lote, a o lote tem a APPA, área de proteção paisagística ambiental, se tiver algum exemplar de arbóreo ou uma mancha de vegetação lá não é autorizado tá, espécies exóticas invasoras danosas, a gente tem uma portaria da Sema, que lista as espécies exóticas invasoras danosas, quando a gente se depara com situações, a gente inclusive estimula a supressão, seja ele de pinos, uva do Japão, ligustro tá, são espécies que prejudicam a vegetação nativa ocorrente na na região certo. Quando esse exemplar, essa solicitação, se trata de um obstáculo fisicamente incontornável a circulação de pessoas, no passeio público, a circulação de veículos na via, quando dentro de um projeto é num acesso de uma garagem, também a gente autoriza essa a supressão dessa vegetação, e quando também for essencial para a construção de um muro né, ou uma divisória entre lotes né, as vezes tem talides, as vezes precisa remover algum exemplar certo. Ali embaixo no primeiro quadro de baixo, a gente vê danificando calçadas, muros, alicerces e construções do imóvel, esse é o que a gente popularmente chama de dano continuado. Então se tem um exemplar que provoca dano pelas raízes



|   |   |                  |
|---|---|------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | Data: 19/10/2010 |
|   |   | RQ - 025         |
|   |   | Revisão: 001     |
|   |   | Página 5 de 19   |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 29

ou pela por alguma coisa, acaba que é dado ou uma poda, ou se for o caso a supressão tá. Quando o estado fitossanitário do exemplar arbóreo justificar, o que que isso quer dizer, as vezes o exemplar arbóreo tá desvanecendo né, tá desvitalizado e a gente avalia se é o caso de dar supressão, se ele tá em algum lugar onde apresenta algum risco futuro, ou se não se é numa área verde de um loteamento, e tem um exemplar arbóreo lá eh desvitalizado, ele permanece lá ele tomba no lugar e acaba decompondo no lugar, e a gente não autoriza esse tipo de corte. E a outra, outro caso que a gente resumiu aqui que estão previstos no plano de arborização urbana, é a ocasião de emergência, o risco iminente queda e como o Cássio falou, isso cabe a Defesa Civil avaliar, e toda vez que eles autorizam alguma coisa eles comunicam para nós como eu vou explicar mais à frente na apresentação. Além disso como a Cris falou, a gente tá dentro do bioma mata atlântica, que ele tem um regramento específico para as formações vegetais do bio mata atlântica, em qualquer estágio de regeneração né. Então quando a gente se depara com uma formação florestal, a gente tem que aplicar a lei da mata atlântica, que tem regra diferenciada para a zona urbana e zona rural tá. Basicamente obras de utilidade pública é passível de autorização, comprovada a inexistência de alternativa locacional que é utilidade pública, não é qualquer coisa que o executivo vai fazer, utilidade pública são serviços públicos de transporte, sistema viário, saneamento, energia né. Não é qualquer empreendimento que se enquadre utilidade pública, isso é definido no código florestal, essa definição de utilidade pública o que que se enquadra ou não tá. Em zona urbana para fins de loteamento ou qualquer edificação, uma regra geral é que o estágio inicial não há muita restrição, que é aquela vegetação que tem exemplares de até três metros de altura né, popularmente chamada às vezes como capoeira ou coisas assim, é um estágio inicial de regeneração. Quando ela tem um estágio mais de regeneração melhor, ela é chamada de estágio médio de regeneração, onde há uma diferença em que uma restrição que os empreendimentos eles têm que manter uma porcentagem dessa vegetação no lote, que varia de acordo com a data que a área foi incorporada ao perímetro urbano. Então se a área era incluída no perímetro urbano anterior à lei da mata atlântica, ele é obrigado a preservar 30% do que tiver de vegetação naquele lote. Se a área for incorporada depois de 2006 ao perímetro urbano em relação ao estágio médio, ele vai ter que preservar 50% tá. Vamos passar pro estágio avançado, que é o estágio mais avançado de regeneração, também ele é mais restritivo e ele tem uma diferença também quanto ao ano. A gente só pode autorizar em áreas que já eram urbanas em 2006, sendo que ele tem que manter 50% da vegetação no lote, e em em empreendimentos que o lote foi incorporado a zona urbana posterior a lei da mata atlântica, ele tem que, ele não tem autorização para suprimir vegetação de estágio avançado, a gente não pode autorizar tá, os laudos nos projetos vêm com essa caracterização do estágio de vegetação. Vegetação primária é aquela vegetação que nunca foi mexida, nunca foi nunca houve intervenção né, ocorre em alguns pontos mais isolados do município, essa também é vetada a supressão, não pode em nenhuma situação exceto utilidade pública. E em zona rural, zona rural também é uma regra diferente e é mais restrita né, estágio inicial eh não tem restrição em zona rural, estágio médio apenas a gente pode autorizar em situações eh específicas para o pequeno produtor rural para atividade de subsistência, se tem cinco autorizações de pequenas porções de vegetação de estágio médio no município para essa situação é muito tá, é muito raro né, é difícil chegar ao ponto de poder autorizar uma coisa pra subsistência. Estágio avançado de regeneração em zona rural a gente não pode autorizar nada tá, exceto utilidade pública, e vegetação primária também a gente não pode autorizar exceto por utilidade pública. E como é a reposição florestal e a compensação ambiental, que a gente exige no caso dessas supressões, mais uma vez a gente tem a lei 2810, que é aplicada para árvores isoladas em zona urbana tá. A gente solicita uma reposição através do plantio de quinze mudas por árvore nativa ou exótica suprimida, com o diâmetro na altura do peito que a gente chama de DAP né Mais ou menos nessa altura, superior a oito centímetros coisa mais ou menos assim. E a gente é mais restritivo que o Estado e que o outros órgãos municipais também. O estado exige a reposição para exemplares com DAP acima de quinze. Então a nossa reposição florestal no município acaba sendo eh muito superior à reposição florestal exigida por um outro órgão ambiental tá. Às vezes vêm os laudos para nós com o cálculo utilizando a regra estadual, e a gente tem que recalculer e dá um número muito maior de mudas tá. Exóticas invasoras, aquelas que são da noas elas são isentas de reposição, e as árvores frutíferas exóticas que é laranja, figo, caqui né, como exemplo assim elas não precisam de autorização para manejo tá. Essa, o manejo pode ser feito sem autorização do órgão ambiental tá, essa reposição florestal, ela é preferencialmente no lote. Então quando vem um projeto, é avaliado se o lote tem capacidade de realizar esse plantio tá. Todos os projetos, um item obrigatório é o projeto de reposição florestal, onde ele vai fazer um plantio no lote tá, também é uma opção do empreendedor ou da pessoa realizar o plantio parte do plantio na realidade em outro lugar né, caso esse lote não suporte esse plantio. E caso ele não possua área para plantio a lei 2810 prevê a doação das mudas para arborização urbana né. Essa RFO na própria política de arborização urbana ela é já é dita preferencialmente nativa, a gente tem uma lista de espécies nativas que são eh utilizadas para doação tá no plano de arborização urbana tá. E as exóticas quando a gente aceita, elas são específicas para arborização urbana do município, porque ele tem uma característica de que em algumas vias públicas, nós utilizamos na arborização urbana espécies exóticas né. Principalmente as vias centrais né novas vias a gente dá a preferência para ter uma variabilidade de espécies o plantio de espécies nativas tá. E a mata atlântica quando a supressão que a gente autorizou é de formação florestal de estágio médio, ou de estágio avançado a compensação ela é diferente, ela se dá por empreendedor, ele tem que garantir a preservação através da compensação ambiental, em uma área equivalente, em área e características ambientais, a área que foi suprimida. Então se ele suprimir uma vegetação de estágio médio, ele vai ter que preservar uma área de estágio médio, com a mesma metragem. E como a Cris falou, essa é a regra federal né equivalente em área, nós temos a diretriz técnica ambiental 01 né, acho que eu errei o ano ali botei 2019 tá, em que as edificações pluri familiares, elas têm que compensar o dobro da área suprimida. Então se ele suprimiu mil metros quadrados, ele vai a através da compensação ter que garantir a preservação de dois mil metros quadrados de vegetação com estágio equivalente ao que ele suprimiu tá. Essa garantia de preservação se dá através de uma averbação em matrícula, onde é um gravame de servidão ambiental perpétua, ou seja, ele não pode nunca mais ser modificado com as restrições ambientais ali tá. Essa área com vegetação nativa, ela geralmente é no interior, mas já aconteceu da gente receber áreas em zona urbana também, e quando ela é no interior ela tem que ser uma área além da reserva legal, e fora de área de preservação permanente, porque a legislação ela prevê isso pelo pelo seguinte, ele tem que ser uma área além do que já obrigatoriamente tem que preservar. Então tem que ser um ganho a mais, tem que ser uma preservação além do que ele já é obrigado. Por isso não são computadas na servidão ambiental a reserva legal ou a APP tá. E nós temos também eh dentro da política municipal de Meio Ambiente, incentivos para compensação, eh por área equivalente nas áreas do entorno do Parque natural municipal dos Pinheiros, que é uma unidade de conservação de Proteção Integral. Então dentro dessa avaliação, a gente tem incentivos para que se concentre lá, porque é uma área de interesse ambiental pro município, como funcionam as espécies ameaçadas né. Então nós temos duas listas de espécies ameaçadas tá, a lista nacional de espécies ameaçadas, e a lista estadual de espécies ameaçadas. Além disso nós temos um Decreto Estadual que tem algumas espécies imunes que também a gente aplica o mesmo regramento tá. Quando é possível autorizar o manejo desses exemplares tá. São esses três casos basicamente, são exceções, são regradas de acordo com essa instrução normativa do Ministério do Meio Ambiente tá,

|   |  |          |                  |
|---|--|----------|------------------|
|  <p>A casa e a voz dos gramadenses</p> | <p>CÂMARA DE VEREADORES</p> <p>Gramado</p> | RQ - 025 | Data: 19/10/2010 |
|   |  |          | Revisão: 001     |
|   |  |          | Página 6 de 19   |
| <p><b>Ata de Sessão</b></p>   |  |          |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 30

quando há risco à vida, dano continuado ao patrimônio, ou estado fitossanitário comprometido tá. Nessas situações até como o próprio Cássio demonstrou no procedimento da Defesa Civil, se é possível realizar uma poda e eliminar o risco, é autorizada apenas a poda, e se é necessário efetuar o corte a Secretaria do Meio Ambiente autoriza, e quando é risco iminente a demanda vai direto para a Defesa Civil tá. Ah outros casos né, dentro da avaliação dos projetos né, na avaliação das edificações em zona urbana consolidada, é avaliado dentro de um lote, dentro de um empreendimento, a se quando é apresentado o projeto, a gente solicita que ele apresente as alternativas técnicas e locais. E é comum dentro dos projetos, eh em diversos locais em que se altere a localização da edificação quando possível né, cabe aí ao técnico e a empreendedor justificar se não é possível, a alteração de localização em relação aos recursos, autorização em relação à posição do lote, já teve casa que que saiu da frente do lote foi para trás, já teve prédio em que o próprio plano diretor prevê que a gente pode jogar um pouco com alguns recursos do lote, para preservar uma maior quantidade de exemplares tá. Então quando é comprovada a inexistência nativa técnica e locacional, eventualmente a gente autoriza o corte, entretanto para alguns exemplares a gente prioriza o transplante desses exemplares né, os exemplares que pegam mais com transplante a gente tem visto que é xaxim obviamente, né ah algumas palmeiras, ah figueiras, a gente tem solicitado transplante de cedro para empreendimentos maiores, cedros de grande porte tá. Enfim, se cai na lista de espécies ameaçadas, geralmente a gente tende a solicitar o transplante, se ele é possível tá. O que que acontece com araucária, em relação a transplante araucária não sobrevive ao transplante tá, ele é inviável realizar o transplante da araucária, por isso que não há essa alternativa técnica de transplante. Então se não há alternativa técnica e o empreendimento não consegue remanejar de forma a preservar mais exemplares, muitas vezes ele preserva, acabei de falar né, já conseguimos alterar vários empreendimentos a gente acaba autorizando o corte do exemplar. Outra situação em que a gente autoriza espécies ameaçadas, é nas obras de utilidade pública, aquelas definidas em lei né. Mesmo assim em obras de utilidade pública, a gente já alterou traçado de rodovia tá, a gente já alterou várias situações, por tem que ficar comprovada a inexistência da alternativa técnica e locacional. Então o município faz transplante de vez em quando, e o município altera o traçado das rodovias para preservar exemplares tá. A reposição florestal de espécie ameaçada é sempre através de uma solicitação de plantio da mesma espécie suprimida tá, isso tá arregrado também na instrução normativa da Sema, e em que a araucárias é obrigatoriamente da mesma espécie e as outras espécies ameaçadas, a gente por iniciativa da Secretaria a gente solicita pela mesma espécie que foi suprimida tá. Quando é verificado o atendimento dessa reposição florestal e dessa compensação, nos projetos construtivos uniu e pluri familiares, durante a vigência da licença qualquer momento né, no pedido de renovação desse alvará né, dessa licença que ele tem para construir a edificação, e na vistoria do habite-se. A vistoria do habite-se é o ponto final né, onde a gente verifica não só se ele atendeu a reposição florestal, mas também se houve o que a gente chama de transbordo de licença, se ele suprimiu exemplares a mais do que foi autorizado, a gente pega o laudo de cobertura vegetal e verifica árvore por árvore, se ela ainda está no lote, e se não está a gente toma os procedimentos cabíveis que vão ser descritos a a seguir tá. Atividade com licenciamento ambiental né, que a gente tem todo um procedimento para atividades que são passíveis de licenciamento, também é verificado o atendimento da reposição florestal durante a vigência da licença, na renovação é uma atividade passível de licenciamento, ela só encerra para nós no meio ambiente quando, não há mais passivo ambiental da atividade, quando é o termo de encerramento da atividade tá. Então nenhum processo vai pro arquivo sem ter um termo de encerramento, então ele tá em aberto ainda, quem não cumpriu ainda está em aberto, e pode ser encaminhado para fiscalização ambiental a qualquer momento, para as medidas cabíveis. Só para explicar mais uma vez, que é importante isso, as árvores com risco iminente de queda né, os pedidos vão direto para a Defesa Civil tá, constatado aí a Defesa Civil avalia se há risco de queda ou não, se não há risco de queda, no quadro abaixo vocês vem eles informam o requerente, que se ele quiser dar continuidade na sua solicitação, ele tem que procurar a Secretaria do Meio Ambiente. Se a Defesa Civil constatar o risco de queda, ali na continuidade você vê a autorização imediata da Defesa Civil, porque o risco de queda ele se pressupõe a preservação da vida, eh vai acima de tudo né. E ela é obrigada, tá prevista na legislação, no plano de harmonização urbana. No plano de harmonização urbana que ela é obrigada a comunicar a Secretaria do Meio Ambiente. Quando essa comunicação chega pra Secretaria do Meio Ambiente, a gente avalia se aquele risco de queda, ele foi provocado por uma ação deliberada daquele proprietário, ou daquele empreendimento tá. Se for comprovado que foi provocado pelo empreendedor ou pelo proprietário, essa demanda ela é encaminhada para a fiscalização, vai gerar um auto de infração. Se for uma atividade que era licenciada, ele vai gerar um auto de infração mais complicado ainda, porque houve descumprimento da licença tá, e a fiscalização aí tem os procedimentos das medidas cabíveis que vão desde a reparação do dano, e todo o alto de infração que a fiscalização emite, vai ser encaminhado pro Ministério Público também, se não me engano tá, para vai ter uma uma, outra uma outra frente ali avalia eh acompanhando essa situação tá. Quando a gente avaliando aquela situação, não teve uma uma provocação deliberada daquela morte do exemplo daquela necessidade de corte né, a gente apenas eh dependendo do caso solicita reposição florestal obrigatória para essa pessoa que solicitou né, que aí a gente encerra essa solicitação após atendida reposição florestal". Secretária Municipal do Meio Ambiente **Cristiane Bandeira**: "Só fazendo uma complementação né em relação ao valor das multas ambientais, e aqui eu trago um pouco da minha experiência profissional, porque quando o Ibama começou a redigir o decreto 6514, eu estava lá e eu ajudei a escrever e a colocar em prática né, as atuações criando ritos mais exigentes, multas mais pesadas, várias possibilidades de penalização, até porque enquanto órgão público nós temos auto executoriedade naquilo que fizemos. Não precisamos pedir autorização ao judiciário, nós simplesmente fazemos né, as suspensões. Bom dito isso né, depois tive a oportunidade também junto ao governo do Estado acompanhar a edição do Decreto 52 e 53, 202 e 204, que regra as atuações administrativas. E durante essa gestão então, se optou em receptionar a aplicação do Decreto Estadual, e por optamos em aplicar o Estadual e não o Federal, porque as multas são maiores. Infelizmente nós ainda temos uma cultura né, em que eh mesmo tendo a informação de que algumas atividades são passíveis de licenciamento, ou de autorização né, existe a cultura do vou suprimir e depois eu pago, vou construir e depois eu regularizo, vou demolir e pago a multa né. Isto é uma das coisas que nós nos confrontamos no dia a dia, assim como ainda existe né, situações em que mesmo passado todo esse rito né, são horas gente, técnicas dedicadas à vistoria a pareceres, esse é como eu digo, é um trabalho quase que invisível da Secretaria invisível, porque ninguém vai lá olhar quando a gente tá em campo e em que condições nós estamos né, e quantos processos nós temos. Só para ter uma ideia, a gente tá migrando o sistema né, e aí mais um dado que até responde um pouco do teu anseio, tu deve saber que existe a lei de acesso à informação, a informação ambiental é uma lei federal, que replica um pouco da Conama 237 de 97, que obriga a gente a publicar todas as licenças. Então todas as licenças, elas obrigatoriamente estão publicadas no site né, da prefeitura, e agora na migração do sistema nós tivemos né, o seguinte relato, a Secretaria de Meio Ambiente, o Sisnova começou em 2014 13 14, até agora, a Secretaria produziu mais de cento e dois documentos técnicos, cento e dois mil documentos técnicos né, corrigindo, processos cadastrados, e daí das mais diversas tipologias de pedidos, nós atingimos quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco, essa é a nossa realidade né. E aí falando um pouquinho de uma das tuas sugestões e anseios, e aí eu volto né o que é o meu desejo, e o que é a

|   |   |                 |                         |
|---|---|-----------------|-------------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | <b>RQ - 025</b> | <b>Data: 19/10/2010</b> |
|   |   |                 | <b>Revisão: 001</b>     |
|   |   |                 | <b>Página 7 de 19</b>   |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                 |                         |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 31

realidade, imagina revisar todos estes processos né, não seria eficiente, não teria nenhuma fundamentação né, uma segurança jurídica para isso né, e a gente deixaria de tá destinado a aprimorar ainda mais a performance do licenciamento ambiental, a fazer mais ações de educação ambiental né ao município. Só para complementar, que a gente então autua conforme o decreto, porque são penas mais pesadas". Biólogo **Bruno**: "Aqui um pouco do procedimento quando é constatado uma supressão irregular, seja ela isoladamente ou dentro de algum empreendimento licenciado né. Primeiramente se há supressão de vegetação, a fiscalização ela embarga o local, a área específica onde ocorreu aquela supressão tá. É emitido um auto de infração e na legislação ambiental a gente fala que a reparação do dano ela não, ela não inspira a obrigatoriedade de reparação do dano ela é permanente. Então a qualquer momento a gente vai exigir a reparação do dano tá, independentemente de prescrição, a fiscalização ambiental ela avalia o dano, verifica as medidas cabíveis se é um alto de infração, se é uma advertência tá. Se for o caso de árvores isoladas, a gente tem um procedimento simplificado dentro da Secretaria, que é semelhante à reposição florestal, a gente vai exigir o plantio de mudas, o monitoramento e após esse monitoramento, a gente avalia quanto ao encerramento, se atendeu aquele projeto de reposição florestal simplificado tá, que a gente chama assim na Secretaria. Quando a intervenção ocorreu dentro de área de preservação permanente ou é uma formação florestal né nativa em qualquer estágio de regeneração, ou a situação exige a reparação daquela área danificada, aí a gente entra num processo mais complexo, mais oneroso, para empreendedor que exige um monitoramento mais eh complicado, que é a recuperação da área degradada que é o famoso Prad Projeto de Recuperação de Área Degradada, ele tem um rito específico daí tá, ele não tem um monitoramento mínimo de quatro anos tá, eh e após esses quatro anos a gente avalia quanto à possibilidade de encerramento ou não, se aquela área apresenta indícios de recuperação, se ela não apresenta indícios de recuperação, esse processo permanece aberto na Secretaria com pendências, e tem processos que já ultrapassaram quatro cinco anos de monitoramento, o empreendedor não consegue efetivar a recuperação da área degradada, a gente não encerra o processo tá, ele tem pendência ambiental ainda, se for o caso gera uma nova infração também tá. Um pouco de números tá, a gente no município de Gramado, a gente pode autorizar a supressão de vegetação de mata atlântica, porque a gente tem um convênio da mata atlântica com o Estado, convênio firmado com a Sema e com a Fepan tá, e a gente tem que prestar contas desses, de tudo que a gente autoriza e tudo que a gente emite para a Sema Estadual. Então eu trago aqui só para vocês terem uma ideia né, como a gente tava sem sistema para pesquisar todos os dados da Secretaria, eu peguei os dados do último relatório que a gente enviou pra Sema no início do ano agora tá, são dados de 2020 a 2023 né, até o final de 2023. Durante esse período a gente emitiu alvarás de licenciamento de serviço ambiental aproximadamente um mil e seiscentos, que são aqueles de árvores isoladas causando danos ao patrimônio, ou corte, não necessariamente corte tá, toda a poda que nem eu falei para vocês, ela precisa de autorização município, e o transplante também precisa de autorização. Então aí tá misturado tudo que é corte, poda, transplante de árvores isoladas, causando danos ao patrimônio tá. Autorizações no Sinaflor, além disso a gente é obrigado toda vez que esse manejo de vegetação envolver essa supressão de vegetação envolver árvores nativas, a gente utiliza o Sistema Nacional de Controle da origem dos produtos florestais, é o Sinaflor tá. Então todo o manejo de vegetação hoje, é emitido dentro do sistema informatizado do Ibama tá, nós fomos um dos municípios aqui da serra, os primeiros a aderir era uma obrigatoriedade né, mas mais ou menos ali no início de 2020, a gente apenas emite as autorizações de manejo de vegetação de supressão dentro do Sinaflor que é gerido pelo Ibama, e que é o órgão federal do de Meio Ambiente né um dos órgãos federais de meio ambiente tá. Durante esse período a gente emitiu aproximadamente trinta termos de averbação de área de compensação, há vários outros pendentes de assinatura, mas a gente emitiu trinta, desses trinta eles totalizam 69,5 ha averbados com servidão ambiental perpétua né áreas de compensação que vão ser preservadas agora tá. A autos de infração geral da Secretaria durante esse período, a gente emitiu trezentos e trinta e dois tá, não necessariamente todos estes são de manejo irregular de vegetação né. Então todos os autos de infração seja eles de afluentes, bota fora, manejo mineral irregular, e também estão aí dentro desse trezentos e trinta e dois as supressões irregulares de vegetação tá. Durante esse período, a gente aprovou aproximadamente vinte projetos de reposição florestal, vinculados a autos de infração tá, é fora os projetos de reposição dentro dos projetos que não são a infração né. E Prades, durante o período de 2020 a 2023 a gente aprovou vinte quatro Prades né, há Prades a serem analisados na Secretaria ainda, e mais de cinquenta Prades estão em monitoramento tá, ou seja, que não concluíram todas as etapas necessárias, pra gente dizer a área está plenamente recuperada a gente pode encerrar tá. A gente dentro de uma força tarefa conseguiu avaliar vários Prades e encerrar eles, mas ainda temos mais de cinquenta em aberto na Secretaria. Eles não vão ser encerrados sem que antes a gente faça uma verificação do local, para ver se houve a reparação do dano tá. Outros órgãos né que estão olhando tudo que a Secretaria do Meio Ambiente faz né, que nem a a Cris falou, a gente tá dentro do Sisnama tá Sistema Nacional de Meio Ambiente. A gente presta contas para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a gente envia esses relatórios, eles avaliam se a gente não estiver cumprindo a legislação, a gente pode perder o direito de autorizar a supressão de vegetação relacionada à mata atlântica no município tá. Então é um controle rigoroso que a gente manda para eles lá. Para Fepan, se houver alguma irregularidade nos manejos de vegetação, a gente pode perder a competência do licenciamento ambiental das atividades de impacto local né. Essa é um convênio que a gente tem dentro da política nacional de meio ambiente, que a gente licencia as atividades de impacto local, a gente pode perder isso se não estiver cumprindo com o nosso papel tá. O Ibama, como todas as autorizações são emitidas dentro do Sinaflor né, o Ibama tem um controle dessas autorizações, toda autorização que a gente emite, ela gera um crédito para a pessoa eh manejar aquela madeira depois. Então o Ibama tá integrado com o sistema do Ibama de controle da madeira, então ele tá atento a qualquer movimentação estranha dentro Sinaflor e a gente pode ser notificado também pelo Ibama por estar descumprindo alguma coisa. Quem não adere ao Sinaflor também perde a competência do licenciamento e da mata atlântica tá, fora isso o Ministério Público de diversas formas tá sempre nos observando né, em relação específico aos Prades, a gente colocou ali porque como todo auto de infração ele é encaminhado pro Ministério Público, Ministério Público sempre nos pergunta, em que passo está esse Prade, como ele está atendendo esse Prade né. Então muito do nosso trabalho, a gente responde o Ministério Público que nos questiona como tá o Prade. A gente cobra o empreendedor e responde o Ministério Público, se foi, se tá atendendo, se não tá atendendo, e se é o caso que nem eu falei, pode gerar um novo auto de infração para aquela pessoa". Secretária Municipal do Meio Ambiente **Cristiane Bandeira**: "E aqui só fazendo uma complementação né, quando a gente fala ali que descumprindo as regras né da mata atlântica, a perda da competência do licenciamento, isso realmente acontece, nós tivemos já dois municípios vizinhos né, um que perdeu a competência para fazer as autorizações de mata atlântica, e outro que também por causa de três empreendimentos Canela e São Chico. Canela já recuperou depois de um longo processo de reestruturação e de investigação, São Chico por causa de três empreendimentos de grande porte, descumpriu as regras não só da mata atlântica, mas também da lei complementar 140, e da resolução com Sema trezentos e setenta e dois em relação aos portes do que o município é, pode licenciar. Então por que que a gente fez questão de colocar isso aqui, porque havia uma informação no caso uma desinformação, e é por isso que é importante esse espaço né, para que essa desinformação de pessoas que são oportunistas, pessoas que têm um discurso muito raso, do que que é toda essa

|   |   |                  |
|---|---|------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | Data: 19/10/2010 |
|   |   | RQ - 025         |
|   |   | Revisão: 001     |
|   |   | Página 8 de 19   |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 32

complexidade, elas se aproveitam deste momento em que a comunidade está sensibilizada né, e dissemina a desinformação. Dizia que estes órgãos né não nos fiscalizavam, muito antes pelo contrário, no início deste ano prestamos contas né e estamos regular com a Sema, estamos regular com a Fepan com o Ibama, porque tudo isso hoje integra um grande sistema, aonde todos esses dados são públicos, aonde todos esses dados são fiscalizados, não só pelo Ministério Público né, mas por esses órgãos, por quê, porque a gente tá dentro de um sistema maior, e a gente tem o dever de ter essas políticas, e essa performance, e essa responsabilidade na atuação da equipe técnica, eu não posso fechar os olhos para estas regras, porque senão acontece como Canela, acontece como São Francisco e outros casos, que devem ter né, de forma recorrente. Ainda além desses órgãos, anualmente a Secretaria do Meio Ambiente como ela é um órgão né, que executa uma política ambiental, e ela possui um fundo vinculado à execução das suas políticas públicas, ela presta contas ao Tribunal de Contas, porque se eu errar, o prefeito não aprova as contas né. Então esse é um sistema que a gente fala de comandos e controles, que são compartilhados entre esses órgãos, trabalhamos de forma harmônica, cooperada, e muitas políticas ambientais nascem dessa parceria com esses órgãos, sim, mas eles não deixam de nos fiscalizar. E tudo isso que a gente traz aqui, é para comprovar né que todos os ritos que autorizam supressões, ou outras questões, eles são muito bem conduzidos dentro dessas premissas e desses regramentos. Porque senão até em outubro eu falava né, quando muito se divulgava e se desinforma, que a gente não tem política ambiental nenhuma né, se eu não tivesse política ambiental nenhuma, a Fepan já estaria aqui licenciando e fiscalizando".

Biólogo **Bruno**: "Obrigado Cris, eu decidi, a a gente conversou essa, isso aqui faz parte de uma apresentação que teve do Ibama lá em Porto Alegre tá, num evento tá, eles trouxeram esse slide, em que o Rio Grande do Sul possui o maior número de municípios habilitados para operar no Sinaflor tá, e eu falei para vocês todas as nossas autorizações estão dentro do Sinaflor, e são disponibilizadas também no Sinaflor. Qualquer um que logar lá no Sinaflor pode ver todas as autorizações, Sistema Nacional de Controle e origem dos produtos florestais tá. Todas as autorizações de supressão de vegetação nativa, obrigatoriamente devem ser emitidas pelo Sinaflor, pro Ibama controlar a origem da matéria prima florestal. Então vocês vêem que mesmo sendo sistema obrigatório, esses são dados recentes, Rio Grande do Sul possui um grande número de municípios habilitados, que disto de vários municípios do Brasil tá. Aqui hum nós temos o número de autorizações emitidas no Sinaflor por estado tá, no total tem lá treze mil autorizações do Sinaflor tá, no Rio Grande do Sul tem aproximadamente oito mil, desde que foi implantado Sinaflor até a data de dezembro, a gente emitiu quinhentos. A gente de forma transparente integrou o sistema, e passou a utilizá-lo na nossa rotina diária né, como era obrigatório, mesmo sendo obrigatório nem todo o município aderiu né, muitos municípios resistiram e acabaram tendo consequências por não ter aderido ao Sinaflor tá, então só para demonstrar".

Secretária Municipal do Meio Ambiente **Cristiane Bandeira**: "Sim, aqui é muito importante né, já que a gente tá no momento de passar as informações técnicas né, de uma forma que vocês possam vir junto conosco na construção dessas reflexões e desses debates, agora de uma forma mais qualificada tecnicamente, e não oportunista, o que que acontece. O Rio Grande do Sul dentro dessa discussão com o Ibama quando a gente fez lá, o Rio Grande do Sul é um dos estados que mais autoriza supressão de vegetação de forma legal, porque existe uma diferença né quando a gente fala, ah está um desmatamento tudo tá sendo desmatado, há uma diferença, todos os este estas supressões e a gente tem aqui oito mil e trezentas né, todas elas foram dadas com critérios, então todas elas né, a legislação permite de forma legal a supressão. Esta é uma reflexão que a gente precisa fazer né, e distinguir aquilo que é supressão legal, que passou por um processo, que tem com por um controle, e a supressão que é um comportamento cultural daqueles que acham que fazem e depois regularizam, ou que não serão fiscalizados. E aí eu já aproveito para dizer, que além desse sistema que eu te apresento então o Sinaflor né, eu te apresento um outro que é o Mapbiomas. Esse é um instrumento fantástico dos cinco alertas que a Secretaria recebeu, três nós já tínhamos ido na área, fiscalizado, e tomado alguma medida antes do alerta chegar, e esse controle é feito também com o Ministério Público, com as Secretarias de Meio Ambiente do Estado, e com o Ibama né. Então eu vejo e anseio que o SOS Verde, o Marh, o Condema, os vereadores, nos apoiem em causas para repensar as políticas, as normas que hoje permitem várias dessas supressões, ou ao contrário né, que a gente também se mobilize, faça baixo assinados, nota de repúdio ao projeto de lei, que hoje tramita na Câmara dos Deputados, que vai flexibilizar ainda mais a possibilidade de supressão de vegetação nos biomas. E nós seremos atingidos, e depois não adianta dizer que Gramado tá desmatando, isto é uma realidade, e muito provocada por momento oportunistas de quem não entende a matéria ambiental, e deixou a boiada passar. Então eu fico muito feliz que a gente tenha no município esse despertar preservacionista a partir de vocês, e que vocês engajem nessas outros temas, são extremamente preocupantes não só para Gramado, porque não adianta eu preservar o meu bioma aqui. Não por região, e é por essa região que a Secretaria tem se tornado ponto de referência, de debate, e de levar a suas ideias, os seus projetos, e ver replicado no Estado do Rio Grande do Sul né. Então para aqueles que dizem de forma reiterada né, desinformando que não temos política ambiental, que não temos política de educação ambiental, nós já mostramos e vamos sempre mostrar e reiterar, e falar e informar, que nós hoje nos destacamos na região das hortênsias, como uma Secretaria técnica, uma Secretaria que tem projetos e posicionamentos de vanguarda, e únicos no Estado, sendo reconhecido pelo Ibama, sendo reconhecido pela SEMA. *(neste momento houve um pronunciamento da comunidade presente, sem microfone, ficando assim sem condições de descrição da fala, e segue a fala da Secretária de Meio Ambiente.)* É que eles têm poucos municípios habilitados provavelmente a gente tem ali por exemplo, ó se tu olhar tem um sete, e eles acabam ficando nessa com poucas, poucas". *(Presidente da Comissão pede ao público para deixar os questionamentos para o momento certo, assim que os membros do executivo concluírem suas falas).*

Biólogo **Bruno**: "Complementando que foram cinco denúncias alertas do Mapbioma, os cinco já haviam sido avaliados, dois eles não eram supressão de vegetação nativa, já haviam sido avaliados, e os outros três já havia auto de infração emitido pela Secretaria, a gente eh constatou aquela supressão de vegetação, a equipe de fiscalização atuou antes de receber o alerta do Mapbiomas né. Eu só agradecer né eu quis trazer do ponto de vista técnico, o que acontece na Secretaria em relação aos pedidos de manejo de vegetação e as supressões irregulares né. Espero ter sanado dúvidas de esclarecimento sobre o que acontece né, e a gente fica à disposição né Cris, se tiverem perguntas, eu vou me sentar ali, mas depois se tu precisar tu me chama de novo para as perguntas tá".

Presidente da Comissão agradeceu, disse que o objetivo da audiência é trazer informação, ea quebra de protocolo se deu pela necessidade do momento, para esclarecimentos de informações necessárias. Agradeceu também a presença do Promotor de Justiça Dr. Max Guazelli que estava presente. Como já estava no momento de abrir para as manifestações da comunidade presente, já passou a palavra ao Promotor de Justiça. Promotor de Justiça **Max Guazelli**: "É bom boa noite, na pessoa que é do presidente da audiência pública é isso Daniel, saudar a todos da Mesa, Secretária Cristiane, os técnicos da Prefeitura, e a todos os presentes, a os membros da Mesa, aos meus estimados vereadores. É importante foi muito importante essa explicação técnica, e é importante ressaltar um detalhe, eu acredito que a Secretaria de Meio Ambiente Gramado tenha sido criada em 2006, ou seja, faz muito pouco tempo né, e quando eu cheguei aqui, a Secretaria, cheguei em 2011, a Secretaria era ínfima era praticamente ou seja, cinco anos, mas a a Secretaria era praticamente inexistente, eh porque e por falta de técnicos na verdade fazia muito pouco, e havia sim uma desorganização muito grande. O movimento ambientalista o Marh era presença frequente, semanal,



|   |  |                  |
|---|--|------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br>Gramado | Data: 19/10/2010 |
|   |  | RQ - 025         |
|   |  | Revisão: 001     |
|   |  | Página 9 de 19   |
| <b>Ata de Sessão</b>  |  |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 33

na promotoria de justiça, e eu acredito que faz uns cinco anos que o Marh não aparece na promotoria de Justiça, o que é um excelente sinal é, sinal de que as coisas mudaram bastante não é Roger. Mudou muito, muito para melhor, hoje por incrível que pareça pros senhores terem uma ideia, são os empresários que vão bater na porta da Promotoria de Justiça, reclamar da Secretaria de Meio Ambiente, que não tá autorizando supressão de vegetação. Senhores, vejam como mudou, quando eu cheguei aqui era o contrário, era o Marh, e a população indo reclamar das supressões de vegetação. Então houve uma inversão dessa roda, o que eu acho fantástico, e muito graças ao crescimento técnico da Secretaria de Meio Ambiente, principalmente com a chegada da Secretária Rosaura, e da Cristiane como Secretária Adjunta, e do acréscimo de técnicos de elevado profissionalismo na Secretaria. E também eh uma série de recursos tecnológicos que foram sendo agregados, o Mapbiomas é muito importante, são imagens de satélite em tempo real que tem chegado para a promotoria para a secretaria, para o IBAMA, para os órgãos ambientais, e eu recebo essas imagens de satélite. Então qualquer corte maior aparece nas imagens de satélite, e aquilo é encaminhado imediatamente para a promotoria, para nós verificarmos esses cortes se lá, claro numa imagem de satélite a gente não vai saber se foi um corte de um uma plantação de pinos ilhote por exemplo, ou eucaliptos. Então é precisa saber se foi de uma de uma vegetação nativa mata atlântica, e então principalmente na área rural é que tem acontecido esses, alguns cortes, e isso são pegos sim pelo satélite. É uma ferramenta fantástica e eles fazem o cruzamento do cadastro rural com as imagens, então a gente já sabe até quem são os proprietários, supostos proprietários das áreas, já vem com essa informação e aí com essa investigação de campo, a gente acaba chegando a esses autores. Então na zona rural o que se nota pelas imagens de satélite, é um aumento do porte da vegetação ao longo dos anos, e assim, aquela vegetação que era primária a vinte vinte quatro anos atrás, por exemplo, as imagens primeiras de 98 2000, eh a gente vê uma vegetação mais de campo, e hoje vinte quatro anos depois, a vegetação de mata atlântica já tomou conta. Então assim, regra geral a gente vê uma recuperação da mata atlântica na zona rural de Gramado, e claro, nessas imagens de satélite que aparece do Mapbiomas, dos alertas aí, são esses cortes que na verdade são pequenos proporcionalmente né. A gente vai ver é geralmente são de algum, geralmente são agricultores abrindo passagens na mata atlântica para chegar a um determinado lugar, de uma espécie de estrada de acesso, esse tipo de situação. Alguns lugares onde houve, aumentou a família e acabam suprimindo vegetação, isso na zona rural. Na zona urbana há uma pressão imobiliária gigante em Gramado, aqui todo mundo sabe, é o metro quadrado mais caro do Rio Grande do Sul, então é evidente que o setor imobiliário, ele força, ele tenta fazer, ele tenta fazer uma pressão para a obtenção de licenças, e aquele negócio né. Nós temos qualquer ramo, nós temos gente boa, e gente que vai pelo lado errado. É evidente que na maioria dos casos, na esmagadora a maioria dos casos, eh os empreendimentos buscam o licenciamento né o licenciamento sai, na maioria dos casos acredito se cumpre o licenciamento, em alguns casos, em alguns casos o há um desborbo da licença né, ou seja, suprime mais do que tava estava autorizado, ou em alguns casos eh como de pinheira araucária se cava mais do que devia né, mais próximo do pinheiro do que estava autorizado, esse tipo de situação, e aí depois o pinheiro fica comprometido, por exemplo. Então assim, e claro, evidente que não tem como um fiscal da Secretaria de Meio Ambiente ficar 24 horas monitorando um pinheiro né, a gente sabe disso. Então se a licença, ela não é uma autorização de fazer terra arrasada, mas uma licença ela é cheia de condicionantes e restrições. que tem que ser cumpridas. Mas como disse a Secretária Cristiane, muitas vezes o empresário ele faz acontecer para bom, vou pagar a multa, vou arriscar ninguém vai notar, eh se notarem eu vou tentar sair pela tangente. Acontece, tem esse tipo de gente, e infelizmente o que nos resta é penalizar, penalizar da forma mais pesada possível, e até 2016 e a Secretária Rosaura e a Cristiane como secretária adjunto chegaram em 2017, até 2016 havia eh passaram pela Secretaria de Meio Ambiente muitos procedimentos, é em que não se examinou a alternativa locacional dos imóveis, da implantação dos prédios, teve um caso senhores que foi autorizado a supressão de mais de 80 araucárias, algumas centenárias sem esses dados né. A empresa pagou uma multa milionária, acredito infelizmente que tenha valido a pena para a empresa acredito que valeu a pena para a empresa, infelizmente a multa mesmo indo no valor né, foi multa civil, não me recordei nem da multa administrativa, mas também deve ter tido, e a pessoa que que autorizou esse corte, eh respondeu o inquérito policial, e teve que firmar acordo de não persecução penal, vai prestar serviço à comunidade né, por não ter antecedentes, ser é primária né, e são questões de direito. Gramado, voltando à questão da zona urbana, eh a pressão imobiliária ela se fazia sentir muito grande no Plano Diretor que veio para esta Casa, sem as informações, sem os estudos mais necessários, e aqui eh o presidente Renan na época da Câmara de Vereadores, a Secretária Cristiane na época Procuradora da Câmara, junto com os vereadores, tiveram a coragem de encomendar, de contratar a Ufrgs, ter os estudos necessários e e aqui mesmo nesse plenário, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresentou os estudos para os engenheiros e arquitetos, que participaram daquelas formulações iniciais do Plano Diretor, e os engenheiros e arquitetos concordaram com a Ufrgs de forma unânime. Porque todos aqueles índices que estavam sendo colocados no Plano Diretor não eram possíveis de aplicação, porque iriam estragar a nossa paisagem verde né, que é o que mais nos importa ah além de outras situações. Mas eu me lembro que até a visão do Vale do Quilombo para cá para foi mostrado, eh o que o que ficaria, o que seria o índice, caso aprovado o Plano Diretor. E os próprios engenheiros, arquitetos concordaram que era impossível, ou seja, eles mesmos tiveram que voltar atrás daquilo que eles tinham proposto, porque afinal, eles também moram que eles também gostam da cidade e viram que aquilo era inviável é muito legal quando se coloca assim eh a imagem ou em 3D, aquilo que olha o que vocês estão sugerindo vai transformar a cidade nisso, é isso que vocês querem. Aí quando se vê a imagem não, não é isso que nós queremos, e um detalhe que eu acho que é para orgulhar todos, é que Gramado eu acredito que hoje deva ser a única cidade do Brasil em que se constrói parques. Infelizmente há uma dificuldade muito muito grande neste País, de de se usar de de mecanismos ambientais e urbanísticos, para criação de parques, eu não vejo o Brasil criando parques, não vejo. E em Gramado é desde acredito foi em 2019 que começou, começaram as operações urbanas, as operações específicas urbanísticas, visando a criação do Parque das Orquídeas, ao aumento do Parque dos Pinheiros, o Parque dos Pinheiros já aumentou de tamanho. O parque das Orquídeas que inicialmente foi uma área de preservação permanente doada pelo Dr Uli Nelz de 10 hectares lá em 2010, hoje, acredito que com a lei que começou a tramitar aqui, que é até que foi a partir de um TAC firmado com o Dr Uli, e já teve eh o acordo, um eh também uma lei referente a Gramado Parks aqui que foram acrescentados 9 hectares, com a empresa do Afonso que foram 10 hectares, hoje o Parque das Orquídeas claro, que é uma área na verdade, ele não tem os instrumentos públicos de parque ainda, mas no centro de Gramado tem 45 hectares aproximadamente, com o acréscimo que vai ter dessa área do Dr Uli, ou seja, nós provavelmente teremos o maior parque urbano do Rio Grande do Sul. Hoje em área ele é superior já a a Redenção de Porto Alegre, isso a 200 metros da Rua Coberta. Então assim, por outro lado assim, se de um lado nós temos essa pressão do Imobiliária, infelizmente nós temos que a lei federal, a lei estadual e a lei municipal, as pessoas são proprietárias dos lotes, os empreendedores são proprietários dos lotes, eles querem construir dentro do direito deles o que for possível né. Eles buscam se autoriza, se fiscaliza, eh se eles é fizerem, não cumprirem o que foi condicionado, eles tem que ser penalizados. E para finalizar, eh eu tenho procurado inclusive conversado com com a Secretaria de Meio Ambiente, com a Secretaria de Planejamento e com alguns empreendedores, de propôr ideias, porque assim, tá eu não

|   |   |                  |
|---|---|------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | Data: 19/10/2010 |
|   |   | RQ - 025         |
|   |   | Revisão: 001     |
|   |   | Página 10 de 19  |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 34

sou proprietário daquela área, aquela área de uma importância ambiental muito grande, os senhores não são proprietários da área, Gramado, a Prefeitura não teria condições de desapropriar a áreas magníficas. Então a gente tem já iniciado eh e isso é bem interessante senhores vereadores, que vai chegar aqui em breve, até foi uma proposta da Promotoria. A ideia é chamar o empresário esse empresário imobiliário, que muitas vezes ele vê o meio ambiente como um ônus, ele vê a mata atlântica como um ônus, ou seja, ele não gosta daquilo porque aquilo tá deixando ele de ganhar dinheiro. Então a gente conversa com ele, chama ele, chama assim olha veja bem tu tá com metro quadrado mais caro do Rio Grande do Sul né, vamos fazer o seguinte, vamos fazer uma negociação de ganha ganha, eh e o que que e o que que assim, nós iniciamos com proposta que vai vir para Casa em breve, que é o seguinte, do empresário ele enxergar a mata atlântica como um bônus, ele vender a mata atlântica. Então ele compra a ideia, é o seguinte, ele edificar numa porcentagem muito menor do lote né, ele ganhar um pouco mais alguma performance urbanística ali naquele ponto específico, e ele construir uma unidade de conservação, uma reserva de proteção natural no restante do imóvel, que então preservaria digamos mais de 80% do imóvel, que viraria uma unidade de conservação, e aí ele ficaria com uma pequena porcentagem para construir, e ele vai ganhar dinheiro em cima disso, da mesma forma como o Afonso ganhou dinheiro, dando, passando 10 hectares pro Parque das Orquídeas né, é verticalizando num ponto, e transformando. O município ganha, o meio ambiente ganha, e o empresário ganha, então porque o empresário tem que ganhar a área não é nossa a área é dele então, para então tá ele vai construir. Então para ele desmatar o menos possível, inclusive para ele desmatar o menos do que a lei autorizaria, então essa é a ideia. Então fazer um jogo de ganha ganha, e fazer os empresários, esses empresários imobiliários de Gramado, perceberem que a mata atlântica, um trunfo e é a visão da mata atlântica, é o que valoriza os apartamentos deles, e não desmatar tudo eh para vender apartamento que na verdade vai cair o valor, a ideia é manter essa visão do verde. Então assim, eu acho que são essas ideias assim, colocam Gramado na frente dos outros municípios, e a Secretaria de Meio Ambiente faz um trabalho fantástico, eu emito uma quantidade de ofícios por semana absurdo pra Secretaria de Meio Ambiente, é uma demanda gigante, 80% do meu trabalho é meio ambiente em Gramado, a parte de crime, é infância, juventude cível eu tenho assessoria para fazer isso. Agora, meio ambiente é comigo, e 80% do meu tempo é meio ambiente, e o empresariado sabe disso. Agora né encerrando, eu eh eu acredito que essa postura da comunidade de Gramado né, aliada fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente, eh é que faz essa cidade ter esse, ser o que é, ter essa visão do verde, ter esse compromisso que teve dos vereadores por ocasião do Plano Diretor, que trans formou o Plano Diretor num case de sucesso, eu acredito que é o Plano Diretor mais moderno do Brasil hoje né. Então é isso, acho que nós estamos de parabéns por esse olhar crítico que nós temos que manter sempre, muito obrigado". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Obrigado promotor, nós Vamos providenciar uma cadeira e convidar o promotor a sentar conosco aqui, só me permite antes de passar pros colegas, em trinta segundos dar o exemplo da Operação Consorciada, que nós fomos muito criticados na época por alguns, que nós garantimos oito hectares pro Parque das Orquídeas, em troca nós permitimos um empreendimento né, uma grande Incorporadora, construir um andar a mais em quatro prédios. Mas assim, mas nós trocamos nove hectares por deixar uma construtora construir um andar a mais em cada prédio. Segundo o Dr Max foram-se os anéis ficaram se os dedos. Agora passo a palavra aos colegas vereadores por três minutos". Vereador **Ike Koetz**: "Boa noite então aos colegas vereadores, Presidente Daniel, ao Cássio obrigado pelas contribuições, a ti o cumprimento a toda a tua equipe aqui da Defesa Civil. Quero agradecer a contribuição também do Marcelo, muito boa essa provocação juntamente com a Isabel, vejo a presença também aqui do secretário Rafael Bazan de Planejamento, um trabalho muito em conjunto entre as Secretarias de Planejamento e a Secretaria de Meio Ambiente. Também a presença aqui da nossa Secretária adjunta Vera Simão adjunta de Turismo, a comunidade, a imprensa aqui presente, também promotor Dr Max muito obrigado pela tua presença, vejo aqui a presença do Jairo Portulan também, um grande entusiasta realmente dessa temática, um cara batalhador. Então na verdade eu quero é parabenizar Cris né, no teu nome, tu tem ali Cristiane Bandeira né, e tu tem uma bandeira muito forte né que é realmente da proteção, da preservação da fauna e da flora da nossa cidade, e eu admiro demais, tenho orgulho tremendo pelo trabalho que tu desenvolve, e o quanto tu nos ensina. Eu confesso que eu tava um pouco preocupado com o andamento de uma audiência que vem de uma reclamação, de uma incomodação da comunidade, e aqui a gente vê realmente um debate muito produtivo e com muita qualidade. Eu gostaria também de lembrar que muito além do monitoramento, do acompanhamento dos órgãos de controle, os órgãos todos ambientais, a gente tem o respaldo a Secretaria de Gramado, tem o respaldo do Ministério Público e da Fepan. Então trabalho em conjunto dessa equipe maravilhosa da da Secretaria de Meio Ambiente. Eu já vou chegar na minha pergunta, a nossa Secretária também tem um histórico né anterior na gestão passada, foi nossa Procuradora aqui da Câmara de Vereadores né, e topou voltar ao executivo para exercer uma coisa que ela tem paixão, e é importante realmente também nós lembrarmos assim como foi falado aqui pelo pelo Promotor, eu lembro do nosso Plano Diretor, aonde foi tratado realmente a redução das taxas de ocupação pros empreendimentos aqui do nosso município, o debate sobre a zona de expansão urbana do município, a proteção, preservação toda da zona de amortecimento do nosso Parque dos Pinheiros. Isso é debatido a todo instante aqui na nossa cidade, a questão do número de unidades para pros empreendimentos hoteleiros, o aumento então né do Parque das Orquídeas, a nossa preocupação com o Parque Knor. Obrigado Bruno né, pela forma didática de nos trazer a questão das regras de compensação, nós temos outras ferramentas também como o estudo de impacto de vizinhança, ele é muito importante aqui no nosso município. Eu gostaria de deixar apenas duas perguntinhas aqui para a nossa Secretária. Eu gostaria do reforço né, aonde a gente diz dessa relação entre os órgãos ambientais hoje e a prefeitura né, e todo o trabalho que se construiu ao longo da tua atuação aqui como Secretária em termos das políticas de controle. Eu não podia deixar de lembrar aqui o Instituto Piracema que se faz presente aqui através da Selma, da Fernanda, da Natália, obrigado pela participação de vocês também, na construção das políticas públicas de Meio Ambiente pra nossa cidade inclusive pra cidade vizinha, muito por recomendação do Ministério Público aqui. Então gostaria desse reforço importante dessa relação aos órgãos ambientais né, e as políticas públicas que foram construídas. E eu gostaria de uma informação que eu não tive aqui eu não vi, com tanto trabalho que foi feito nos licenciamentos, nos autos de infração, a gente vê aqui que nesses quatro anos, a gente vê a liberação de uma árvore por dia, aquele número de um mil e seiscentos em quatro anos, da uma árvore apenas por dia, e a gente vê que são sete infrações por mês. Quantos fiscais, e como é que dividido esse trabalho todo dentro da Secretaria de de Meio Ambiente, obrigado". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Só para fazer o encaminhamento, assim, existe um protocolo então assim Sirlei, nós vamos primeiro passar pro vereador, que é o protocolo de qualquer audiência pública né, é a fala de quem compõe a Mesa, a fala dos vereadores, e tu é a primeira inscrita assim que nós finalizarmos, e tentar nós vereadores em especial respeitar o período de três minutos. Então eu tô combinando com a Cristiane aqui, no sentido de vocês fazerem a fala em bloco e depois as respostas vem para nós poder também passar pro público, para poder fazer uso da palavra". Vereador **Celso Fioreze**: "Uma boa noite a todos, rapidamente então cumprimentar o Presidente da Comissão Professor Daniel, colegas vereadores, Secretária, Marcelo, Isabel, Cássio. Dizer que Gramado já no passado Oscar knor, Leopoldo Rosenfeld, Família Nelz, todos chegando a Gramado, a preocupação foi essa parte ambiental. Isabel, lá dois

|   |  |          |                  |
|---|--|----------|------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br>Gramado | RQ - 025 | Data: 19/10/2010 |
|   |  |          | Revisão: 001     |
|   |  |          | Página 11 de 19  |
| <b>Ata de Sessão</b>  |  |          |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 35

meninos há cinquenta anos atrás, aqui um menino há vinte anos atrás, Marcos Taron. Era uma planta e estava ao lado da Corlac, a nossa companhia de laticínios, e tava para ser derrubado, ele se acorrentou lá durante a noite, e no outro dia então, houve todo um movimento para transplantar a árvore, não suprimir ela. Então também aqui, houve um movimento". **Isabel:** "Vereador se me permite, a coragem é contagiosa, contagiosa". Vereador **Celso Fioreze:** "Então teve que cair uma araucária, ela tinha hora para cair, e porque já caiu oitenta como falou o nosso Promotor, que sempre acompanhando, após o pórtico para Nova Petrópolis, e lá não houve esse movimento todo. Então isso é um simbolismo, isso é um simbolismo do que está acontecendo, e muito bom, que debate, que aula que hoje tivemos aqui. Também dizer, que a semana passada esteve aqui o vice-prefeito de Campus do Jordão, veio aqui para ver como Gramado está nessa parte ambiental, que eles já estão no futuro e já estão com problema muito sério lá. Então ele veio aqui na cidade, vai as reuniões aqui para inclusive com o colega Ike, para levar daqui sugestões inclusive aqueles que nos deram a cobertura ah junto ao Plano Diretor, eles querem as empresas para contratar lá para Campus do Jordão. Então, para só para ter uma ideia, no Plano Diretor que chegou à Câmara de Vereadores o ano passado, no interior era para ser liberados em torno de cem unidades, poderia ser construído, cem apartamentos no nosso interior e conseguimos trazer para no máximo trinta. Então isso também foi um ganho, muitos ganhos dentro do Plano Diretor, nosso Promotor muita sabedoria e muito auxílio, não queremos como é que diz, trancar o desenvolvimento, mas também temos que ter sustentabilidade. Eu trabalho no turismo, e escuto diariamente as pessoas que vem há muitos anos a Gramado dizer, olha vocês tomam cuidado que a cidade está perdendo a essência e a característica. Então parabéns a todos, e um abraço ao Jair, que o Jair é com toda a equipe dele volte Jair, ele faz a limpeza nas cascatas. Então ele é um cidadão, aqui tem muitas pessoas de bem que trabalha na parte ambiental, então cumprimentar a todos". Vereador **Renan Sartori:** "Dá meu boa noite a todos, cumprimentar os Secretários municipais aqui presente, aos componentes da Defesa Civil, em nome da Isabel cumprimentar o Marh, aos vereadores, a imprensa, em nome do Marcelo cumprimentar toda a comunidade, e também em nome do Jair Portolan né representante aqui da Gramado Viva, também cumprimentar a todos se fizeram presentes e não esquecendo do nosso promotor de justiça Max Guazelli, parabéns pela tua fala, e claro muito mais que isso, pelo teu trabalho pelo nosso município de Gramado. Quero parabenizar todos vocês por essa mobilização desse grupo SOS Verde, importante e necessário nós estarmos aqui nessa noite de hoje, para mostrar que a comunidade gramadense não está satisfeita, não está contente com o que Gramado está se tornando. Essa é uma reflexão que nós temos que trazer para esse debate, que muitas vezes está crescendo sim, mas muitas vezes sem planejamento, e não respeitando o nosso maior diferencial que é que são as nossas belezas naturais. Isso é algo muito debatido aqui dentro dessa Casa, para quem acompanha a Sessão da Câmara de Vereadores, que é a luta de vários vereadores aqui dessa Casa, para que Gramado não perca a sua essência. É uma pena que tenha que ter sido, aconteceu dessa forma né, ter sido filmado a queda derrubada de um exemplar de uma araucária para que gerasse toda essa mobilização. Por um lado triste, eu vereador pelo aconteceu, mas por outro feliz por saber que existe ainda muitas pessoas preocupadas com Gramado, e principalmente com o nosso meio ambiente, porque confesso a todos vocês que muitas vezes aqui dentro desse Plenário, me senti sozinho na defesa dessa bandeira. Então falado isso, quero falar para vocês também da nossa preocupação como Casa, mas principalmente desse vereador com as questões ambientais do município, no Plano Diretor já citado, seja pelo promotor pelo meu colega Celso, nós fizemos um trabalho gigantesco para a diminuição e redução da urbanização, que era proposta por aquele Plano Diretor, com um dos objetivos sendo claro, preservar as nossas belezas naturais, não descaracterizar a nossa cidade. Nós concordamos com o desenvolvimento sim, mas que ele seja embasado no planejamento, na preservação, nós colocamos em lei, que leis complementares que teriam que vir pra Câmara de Vereadores ao longo, trazendo o que a Isabel falou, os incentivos ambientais, uma pena eu sei que o trabalho não é fácil, ele é árduo, ele é difícil, mas esses projetos já deveriam ter chegado em novembro do ano passado e eles ainda não chegaram, entendo que não é fácil, mas eu faço uma cobrança construtiva, para que isso seja pensado e que esses projetos possam chegar à Câmara de Vereadores, porque eles são importantíssimos para a preservação do nosso município. Foi colocado ali também, áreas de interesse ambiental e paisagístico, que tenham regras mais restritas para esses lugares que são importantes para Gramado. Dentro do meu mandato, a gente fez alguns trabalhos importantes aqui, eu quero lembrar a comunidade da linha Tapera que é muito ativa, que é muito influente, que teve uma grande participação também no Plano Diretor, teve uma situação que aconteceu lá que foi feito um trabalho muito importante pois foi construída uma subestação, e a comunidade também estava entre aspas indignada, porque estava sendo feita uma supressão exagerada de árvores lá, e foi feita uma intermediação seja com os diretores, com os servidores da companhia RGE, para que essa supressão fosse o mínimo possível, para atender aqueles pré-requisitos, para claro, para não tirar as características daquela localidade. Quando ficamos né estarecidos com o aconteceu, nossa bancada aqui do MDB juntamente com o professor Daniel, foi em apelo da comunidade, pedindo e solicitando informações que é as ferramentas que o poder legislativo tem, para entender se todas essas informações, se todas essas licenças ambientais, seja de instalações ou as demais, estavam sendo cumpridas. Nós temos sim o Plano Municipal de arborização, que é a lei número 3851 de 3 de agosto de 2020, a igual a gente entende que precisa ser intensificado né, ao seu trabalho, para que a gente possa não recuperar tudo, mas pelo menos minimizar esses impactos. Nós podemos falar, que o poder público ele precisa dar o exemplo das coisas boas, e graças a Deus aqui na Câmara de Vereadores eu tenho certeza que nós temos feito um trabalho muito interessante, seja com a colocação de placas fotovoltáicas, seja com a captação de água da chuva através de cisternas, seja no incentivo das Ecobags, seja na criação de uma cartilha de sustentabilidade, para tentar mexer com as pessoas, da importância que o meio ambiente tem pro nosso destino e pra nossa comunidade. Concluindo então minha fala, volto a falar o poder público precisa dar exemplo também em suas ações, fica muito difícil a gente cobrar de terceiros, se nós não fizermos o nosso trabalho de casa, e o objetivo aqui dessa noite não é apontar culpados, achar quem é o culpado, mas é sim, fazer uma reflexão e achar formas e meios legais, legais eu digo no teor da Lei, e equilibrados logicamente para que Gramado possa crescer mas de forma planejada e sustentável. Se não for desse jeito e dessa forma, nós não podemos chamar isso de desenvolvimento, mas sim de retrocesso, e o desafio que fica aqui acredito um deles né, é nós também tirarmos as leis já existentes do papel, mas volto a falar, existem muitas leis que estão projetadas no Plano Diretor, que precisam chegar a essa Casa, para que a gente possa cumprir com a vontade da comunidade gramadense, acho que da minha parte era isso, muito obrigado e uma boa noite". Vereador **Cícero Altreiter:** "Cumprimento Presidente, cumprimento Marcelo, parabéns pela explanação, Isabel movimento Marh, Secretária Cristiane, Dr Max, Bruno que fez a explanação na Secretaria do Meio Ambiente, e todos o que estão que estão hoje aqui no Plenário. Parabenizo ao movimento SOS Verde, essa provocação, esse embrião que aconteceu aí com a derrubada do pinheiro, que ocasionou essa mobilização e nós não poderíamos ser omissos né. Então foi criado um grupo essa mobilização muito forte, do qual grupo eu me manifestei muito pouco, porque justamente precisamos de explicações né, e fomos provocados então pela audiência pública. Eu como presidente da Casa, mostrei os caminhos para que essa acontecesse, e fico muito contente em que está acontecendo aqui, a gente pode esclarecer vários fatos. Foi falado aqui, eh a presidente Isabel do Marh sobre sustentabilidade, consciência ecológica, e também foi comentado entre discurso e prática mas, se vê

|   |   |                 |                         |
|---|---|-----------------|-------------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | <b>RQ - 025</b> | <b>Data: 19/10/2010</b> |
|   |   |                 | <b>Revisão: 001</b>     |
|   |   |                 | <b>Página 12 de 19</b>  |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                 |                         |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 36

que há uma legislação sim, a Secretária também comentou que é uma legislação, uma preocupação do Ministério Público, inclusive um trabalho excelente, mas a contrapartida há um descontentamento também né Dr Marx, a gente vê isso né. Comunidade estamos aqui então, para buscar soluções que foi o que eu apontei lá no grupo, a gente não está aqui para achar culpados e sim soluções para esse descontentamento, o quê que vamos fazer. A senhora Secretária comentou que segue a legislação né, mas que talvez precisa ser mais rígido não sei né, mas a gente precisa verificar o quê que precisa fazer, para justamente não perdermos essa nossa característica, essa nossa essência, da qual estamos brigando e temos evoluindo muito sim, na legislação, mas com esse descontentamento geral ocorrido ali por um pinheiro, mas aquilo volto a dizer, talvez foi um embrião aí de toda essa movimentação. Duas perguntas então rapidamente, eh eu queria deixar aqui para depois vocês esclarecerem especificamente naquele pinheiro ali, é nós fizemos as solicitações das licenças né, só queria que vocês relatassem depois o quê que aconteceu, havia as licenças, pelo que eu entendi a escavação foi muito profunda, muito além do que era, aí vocês tiveram que dar. Qual a multa que foi aplicado né, nesse empreendedor e que infelizmente foi falado aqui, que alguns preferem pagar multas e seguir eh enfim. A princípio seria, ah e a segunda pergunta sobre uma foto ali que o Marcelo também colocou, que é sobre aquela área não sei se a senhora se recorda, depois pode retornar a área ali de frente a Avenida das Hortênsias de frente o o Carlitos tá, que há uma série de demarcações ali de araucária, se elas vão ser, os técnicos do meio ambiente se vão ser suprimidas, quais as licenças, seria isso muito obrigado". Vereador **Neri da Farmácia**: "Muito boa noite a todos, cumprimento Dr. Max nosso promotor sempre presente nas pautas ambientais, a nossa Secretária Cris do Meio Ambiente, a Isabela, Marcelo, Cássio Defesa Civil, todos do time da Defesa Civil, da Secretaria do Meio Ambiente, e a comunidade que nos acompanha pelas redes, que está presente também aqui no plenário. Eu vou tentar ser bem breve tá Presidente, para também a intenção é ouvir a nossa comunidade né, porque a gente também tem um período né, o tempo para cumprir dentro das audiências públicas. É importante, ressaltar né, ah quero cumprimentar o Jair também né Jair, nosso amigo aí parceiro, fizemos várias ações junto com a Gramado Viva, e é nítido né a preocupação da comunidade, de todos na questão ambiental, e é um dos grandes diferenciais aí que a nossa cidade tem, eu sou apaixonado pela pelo meio ambiente até a minha primeira formação né tem esse esse viés, e não poderia ser diferente. E eu sempre repito aqui, é uma coisa que eu tenho isso no meu DNA, e eu sempre me posiciono dentro do que realmente eu tento fazer o meu papel na comunidade tanto social né comunitário, e também muita relação o que eu faço e o que eu falo. Então eu queria só relatar assim um dos, uma das grandes metas também e do trabalho dentro do meu mandato, e eu tenho isso comigo né. E tem aqui o meu vizinho Paulo lá que quase meu vizinho de porta, e onde eu moro, a minha área lá o meu lote é praticamente uma floresta. Então eu tenho essa preocupação ambiental, com a separação e de toda a minha, meu resíduo orgânico com horta orgânica, com composteira né. E também eu vou ressaltar aqui Jair, e até faço um apelo aqui em público hoje, que voltamos a botar em prática aí os projeto da Gramado Viva, foram muito importantes e com certeza mudou muito a questão da visão né, da população de Gramado aí dentro da questão ambiental, às vezes é invisível mas com certeza essas mudanças ocorreram. E eu quero só relatar né, e por isso que eu falo que às vezes é importante sim a oratória a manifestação, mas é importante né a gente fazer uma autoavaliação, será que a gente tá fazendo a nossa parte, ou a gente usa muitas vezes na né as mídias as redes sociais para mostrar nossa indignação, e as vezes no dia a dia a gente não faz a nossa parte, a gente comenta muito sobre as micro ações né. Isso é muito latente que a gente vê muito aí nas redes sociais, que são pequenas ações que no fim vão se tornar aí ações de grande proporção. E a gente fez então nessa ação iniciamos com a Gramado Viva né Jair lá no bairro Casagrande, uma área lá de mais ou menos uns três mil metros quadrados, onde o dono do mercado lá não sabia porque vendia, não vendia chuchu lá no mercado dele, porque só tinha chuchu lá na área, e nós iniciamos lá uma ação com Gramado Viva, plantamos algumas mudas de espécies nativas, e depois a gente fez outra ação junto com a comunidade do bairro lá, envolvendo a Escola Henrique Bertolucci Sobrinho, e também né alguns moradores do bairro e hoje lá nós temos uma área lá plantada, recuperada, que é uma área degradada de 150 mudas de árvores nativas e frutíferas, inclusive exemplar da araucária também plantamos lá, que hoje quem passar lá vai ver que já tá um uma vegetação lá em pleno desenvolvimento com quase 3 metros já de altura. Então só para esse relato, a questão de preservação é evidente que nós temos que preservar, isso a gente sabe que Gramado precisa e é uma imagem que vende. Eu só queria fazer uma pergunta para a Cris bem rapidinho, para falar um pouco também já que o momento é oportuno, de como está as questões lá do Parque dos Pinheiros, quando que nós vamos poder usufruir nossa comunidade lá. Eu acho que é importante também esse relato aí pra comunidade, obrigado". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Eu na condução também tenho o direito aos três minutos, só trocando aqui algumas ideias com o Promotor ,e eventualmente também aqui com a Secretária, eh pessoal tem um dado assim que é extremamente importante né. Nós temos que nos estar atento hoje da zona urbana mais, metade não está ocupada, metade está ocupada com edificações. Então nós temos terrenos, glebas, que o proprietário tem o direito de ocupação, então nós vamos ver mais supressão, a tendência não era diminuir, assim nós temos um dilema enquanto cidade, e essa indignação, essa preocupação, que traz todos nós aqui, que é do movimento, que é do SOS Verde, que é a perda de uma característica, não é tu se vocês, olhem para trás lá, aquela imagem que nós temos na temos uma imagem aqui na Câmara que aparece lá a araucária né. Então eu também entendo nesse sentido, que há uma série de conquistas que talvez nem você também não tem a informação, porque a Câmara também tem uma dificuldade às vezes de levar informação, e os debates que acontecem aqui talvez não chegue em todo mundo, mas eu participei desse processo onde nós buscamos oito hectares, quase nove hectares, trocando por construir um andar a mais. O Afonso, como é que se conseguiu dez hectares a mais pro Parque das Orquídeas, se permitiu uma construção maior, mais localizada né em uma área, eh nós tivemos também a operação da Vila Suíça, então nós temos uma operação agora não é uma operação consorciada, mas é um projeto de lei, que também tem uma área do Dr Uli, dos familiares do Dr Uli, que o município vai autorizar uma construção maior, numa preservação maior de um espaço. Então esse projeto é um projeto importante que o o Promotor também eh nos colocou né. Nós estamos dispostos a fazer a discussão, como fizemos também com o Plano Diretor, importante lembrar que o Plano Diretor previa lá no início mais de 60% de aumento de zona urbana da cidade, nós conseguimos reduzir, o Celso citou, nós contratamos a empresas especializadas para fazer um estudo. Obviamente que nós precisamos avançar muito mais, obviamente que toda vez que uma árvore é cortada dói no nosso coração, e nós precisamos de alguma forma amenizar isso. Eu trago assim como uma sugestão, não sei se é possível existe algum projeto nesse sentido, que nós possamos pensar e nós a área de outros empreendimentos indo lá em direção à Nova Petrópolis, a gente também perdeu muitas araucárias, que inclusive foram plantadas que são de reflorestamento, que não né que elas também tem acho que uma legislação específica, que a gente possa pensar em algumas áreas públicas do município, e fazer um programa Secretária, de reflorestamento de araucária, como alguns municípios do Paraná, Santa Catarina, tem feito, inclusive com árvores que que vão dar pinhão depois né,, que vão alimentar os animais, que também é uma subsistência para parte da comunidade. Então eu trago isso como como sugestão nesse tempo curto né, porque a gente também enquanto vereador tá aqui mais para ouvir



|   |   |                  |
|---|---|------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | Data: 19/10/2010 |
|   |   | RQ - 025         |
|   |   | Revisão: 001     |
|   |   | Página 13 de 19  |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 37

as informações técnicas, e ouvir a comunidade. Mas eu trago essa sugestão, que a gente possa pensar acho que de forma conjunta Secretária, enquanto Câmara, enquanto Ministério Público, enquanto sociedade, enquanto Secretaria, e um programa de reflorestamento de araucárias em específico né, que é uma árvore símbolo da nossa cidade". Secretária Municipal do Meio Ambiente **Cristiane Bandeira**: "Bom, então anotei aqui se eu esquecer de alguma coisa, a equipe me auxilia tá bom. Começando ali pelo Ike, já fazendo uma passagem né. Eu acho que toda essa questão que tu destaca né Ike, que da postura da liderança, da governança, do compromisso com as questões ambientais, ela nasce muito motivada, não da experiência né da caminhada profissional, mas também do compromisso que eu tenho, e esse ano eu completo vinte três anos atuando só nisso né, já atuei na esfera federal, estadual, municipal duas gestões né, Câmara. Na condução dos temas ambientais e uma das diretrizes e premissas que eu sempre tive era, conhecer e multiplicar, porque muito talvez do descontentamento que a gente passou essas últimas semanas, das movimentações né, dos desabaços digamos assim, foi falta de informação né do conteúdo técnico que hoje a gente pode trazer aqui para vocês. E que isso a gente fez lá no Plano Diretor e que eu estava aqui nessa Casa e que eu pude coordenar né. Então, quando tu tem o conhecimento técnico e tu multiplica as informações, a tendência é que a comunidade compreenda as nuances, e como se conduz esses processos, seja urbanístico ou ambiental, e esse descontentamento tende a amenizar né. Acho que esse é o primeiro fator, não adianta eu chegar aqui eh com N questões né, exaltada, se eu não tenho ali a forma de comunicar essas questões que são muito técnicas né, vocês precisam compreender. E aí eh já falando um pouquinho né da nossa estrutura e da a nossa relação, hoje a Secretaria até em outubro eu estive aqui falando, a Secretaria ela é composta por um diretor de fiscalização e três fiscais, muito da nossa atuação ela é conjunta com a Patran de Canela, que uma pena não pode estar aqui porque tá em evento né. Na parte do licenciamento, nós temos um diretor e onze licenciadores para todo esse mundo que a gente apresentou aqui para vocês, e a gente não faz só licenciamento e fiscalização, a gente faz também planejamento, a gente faz também controle e monitoramento e educação ambiental né. A gente tem aí, e já passando para a questão da relação né, que a gente tem com os outros órgãos, Gramado está fazendo um trabalho né de vanguarda na educação ambiental em diversos temas, e um deles foi reconhecido pela Sema, e a Sema passou a multiplicar o nosso conteúdo, que são os botons, e são os álbuns das figurinhas que ensinam várias séries, o que nós temos de fauna e flora. Inclusive estivemos no seu eh na sua escola, essas ações de educação ambiental elas eram feitas né, nas escolas municipais aonde a gente fala de várias práticas várias né, não só da fauna, mas de toda a questão de resíduo né, de consumo consciente de boas práticas. E hoje então vendo todo esse movimento e engajamento, a Escola Santos Dumond nos convidou, e agora a gente até já participou de uma reunião com os pais né, também levando para eles, o CNEC nos convidou também para essa divulgação da campanhas. Além disso, nós fomos convidados recentemente aí em agosto participar de um seminário nacional sobre discussões de fauna e conservação, aonde nós vamos estar lá como um case de sucesso em relação aos programas de educação ambiental neste tema. Nós conduzimos uma audiência pública em Caxias que reuniu os trinta e dois municípios né, para tratar da fauna. E aí o que que acontece já respondendo ao Neri, em relação ao C do Parque dos Pinheiros, em breve acredito que a gente tenha uma boa notícia em relação à abertura e o funcionamento do Parque dos Pinheiros, porque a Sema em conjunto com esses municípios, em conjunto com o Caoma né Dra. Ana Marchezan, eh nós vamos fazer algo que vai ser único no Brasil né, nós vamos dentro da infraestrutura das edificações do Parque dos Pinheiros, ter os setas da região das hortênsias, aonde a gente vai tá fazendo um trabalho de educação ambiental né, de recebimento do animal silvestre né, que é resgatado pelos órgãos ambientais municipais, pela Patran, nós vamos cuidar, nós vamos levar as escolas lá, e depois nós vamos ter ali na UC dos Pinheiros a soltura dessa fauna né. E isso tá sendo considerado pelo governo do estado um projeto pioneiro. Nós já estamos finalizando as questões jurídicas de formalização desse instrumento, que vai oportunizar Gramado ser o primeiro município no Brasil que vai ter essa parceria, e um setas né, aonde a gente vai agregar as visitas ao parque, aonde nós vamos agregar a educação ambiental, e principalmente né uma coisa que existe muito no nosso município, e eu gostaria de ver também o descontentamento da comunidade, é a caça. Nós temos inúmeros grupos de caça ilegal, e fiscalizar caça significa muitas vezes colocar os fiscais e a Patran numa situação de risco, porque eles atuam nas áreas rurais, eles atuam dentro da unidade de conservação do Parque dos Pinheiros né. E aí aqui fica um registro que durante o recesso, a fiscalização estava trabalhando porque é um serviço essencial, nós fomos numa ação de fiscalização para combate de caça ilegal, aonde houve apreensão de armamento, de munição, e um agente público com um conflito de identidade nos liga, ele não sabia se naquela hora ele estava pedindo informações enquanto vereador ou enquanto advogado dos caçadores, defender o indefensável. A gente também passa por essas situações dentro da Secretaria né, já então esse é um trabalho que a gente vem fazendo. Então em relação ao Parque dos Pinheiros, nós agora Já conseguimos receber do Governo do Estado, porque isso é uma coisa importante né, e que o Dr. Max fala, que a gente tem fomentado as RPPN's são categorias de unidade de conservação né, é que a Ceca que é a Câmara Estadual de Compensação Ambiental neste mês, já não destinou mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para aplicar dentro do Parque dos Pinheiros, por ele ser uma unidade de conservação né. Então tudo isso é um trabalho de meses, de muito pensar, de muitas reuniões, nós somos a Caxias fazer conduzir né esse Case lá, e depois a Porto Alegre com o Ibama, e com a Sema, e fomos muito bem recebidos. E aí já falando um pouquinho né, cruzando com que o vereador Celso fala do PDDI né, das considerações de toda essa discussão, o quê que nós temos hoje né. Hoje nós já temos um grupo que tem o apoio da Ufrgs e da Dra. Vanesca, já com várias reuniões realizadas, discutindo a nova centralidade que é um projeto urbanístico relevante do Plano Diretor né, esse é um trabalho técnico de levantamento de dados que tem uma complexidade ainda maior que aquela revisão que fizemos do Plano Diretor, porque ontem e hoje nós passamos vários turnos discutindo qual será a delimitação da zona de amortecimento da unidade de conservação de proteção integral do Parque dos Pinheiros né, porque nós temos critérios ali de vegetação, de fauna, e das bacias. Gramado é composta por duas bacias, e tudo isso tá sendo observado dentro deste estudo né. E aí já falando né Renan, em relação as tuas considerações e vou, eu sei que esses dias tu na usou um digamos assim uma frase que eu sempre falo né, e eu botei a camisetinha do Eu Vesti eu Avisei, e eu vou te parafrasear quando tu falaste da ignorância ambiental. E eu concordo contigo, eu acho que às vezes acho não, muito né do descontentamento reflete a ignorância ambiental, e a ignorância, o estado de ignorar, ele é um estado, e a gente pode optar em deixar esse estado de lado a partir do momento em que a gente vem pro debate, vem com as informações, compreende a situação, ou a gente pode continuar né, reticente com um convencimento cognitivo que tá desassociado da realidade do município né. E por quê que eu falo isso, porque quando foi divulgado o vídeo né da araucária, saiu uma matéria que ali nós tínhamos uma situação de ignorância ambiental que se perpetuou, mesmo com algumas informações né, porque linkou a questão da araucária com Gramado ter leis hipócritas, a exemplo das sacolas né. Então o que que é a questão da ignorância, tu ter políticas de proteção à vegetação, não anulam ou desconsideram, ou minimizam, tu ter uma política de conscientização da resolução do plástico né, uma coisa não tá vinculada à outra, na verdade a gente tem que ter várias políticas né. E aí, o quê que acontece, quando eu vou querer anular uma coisa da outra, aí sim eu tenho um retrocesso, hoje eu vejo que Gramado não tem um retrocesso né, e bem já escrevi muito com a equipe o que que são os retrocessos. Em relação às regulamentações previstas

|   |                                 |                  |
|---|---------------------------------|------------------|
|  | CÂMARA DE VEREADORES<br>Gramado | Data: 19/10/2010 |
|   |                                 | RQ - 025         |
|   |                                 | Revisão: 001     |
|   |                                 | Página 14 de 19  |
| <b>Ata de Sessão</b>  |                                 |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 38

no Plano Diretor, eu tive a oportunidade de estar aqui coordenando o processo em conjunto contigo né Renan, e muito se discutiu como regulamentar, então não se regulamenta o Plano Diretor, que é uma lei complementar por outra lei complementar, a gente vai ter leis ordinárias né, que vão vir para essa Casa, uma delas inclusive a UPL já está aqui, o PL que trata da ocupação da área do Dr Uli, por Parque dos Pinheiros né, dentro do rol de contrapartidas urbano ambientais e sociais, traz a obrigação da elaboração dos estudos pra infraestrutura verde, pro pagamento de serviços ambientais, porque precisamos de dados né. Então a partir do que a gente aprova, vem a obrigação da entrega deste produto né, e aí a gente vai fazer a regulamentação mediante a entrega. Já avançamos nas questões da avaliação ambiental, estratégica e do mapeamento do município com as questões ambientais, para que a gente possa então, regulamentar todos os quesitos que lá ficaram estipulados no Plano Diretor. Gostaríamos de ter enviado antes, sim, quando definimos aqueles prazos era o suficiente, no nosso olhar era, só que por exemplo, o TR da nova centralidade, o Rafael Bazan e eu demoramos três meses para escrever, tamanha a complexidade né. Então aqui fica um pouco da síntese. Em relação a pergunta do Vereador Cícero né, nós estivemos na área da ativa Brasil, ele tem então uma LP e uma LI, ele tava com as licenças vigentes né, antes desse ocorrido, a fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente e a Patram já tinham ido em pelo menos três oportunidades na área verificar né, a questão do cumprimento, das condicionantes. A Patram não viu nenhum tipo de descumprimento, a Secretaria também não né, inclusive teve uma fiscalização que eles pediram para desmanchar a motosserra para ver a numeração se batia, e tava tudo regular né. Tivemos essa situação que foi ocasionada por uma obrigação da condicionante, que era a estabilidade dos taludes né, e isso foi algo que o Condema, lá quando o Roger era presidente colocou como condição para a emissão da licença, e eles vinham cumprindo até que aconteceu esta situação na obra. Em relação então a licença de instalação ela tá suspensa, eles já, eles foram notificados, eles apresentaram alguns laudos técnicos que tá sendo avaliado pelo geólogo e pela parte da vegetação do licenciamento, ainda não tem o valor do auto da infração para passar por quê. Porque nas últimas semanas a prefeitura está mudando o seu sistema né, então hoje a gente vai ter uma troca de sistema, e a gente ainda tá migrando para poder fazer o lançamento desse auto da infração né, e provavelmente a indicação de uma obrigatoriedade de reparação do dano daquela árvore, que eles deram causa, ao estado de risco dela. Em relação a esta foto aqui né, os técnicos me disseram a Patram já esteve lá, a fiscalização já esteve lá, só existe as marcações, não foi ainda protocolado nenhum pedido de autorização para projeto, ou para a supressão, ou para a poda né. Mas nós já estivemos lá, e eles só estão fazendo as marcas, isso acontece quando eles vão fazer o levantamento e a identificação para depois protocolar algum pedido de ocupação daquela área ali, mas hoje não temos nada". Presidente da Comissão agradeceu a Secretária, e passou a palavra ao público presente. **Sirlei:** "Boa noite a todos, e gratidão muito obrigado pela explanação, pela aula que vocês nos deram, realmente esse grupo foi criado por nós, e essa audiência também foi pedida por mim. Eu e o Marcelo, Marcelo criou o grupo, e eu pensei vamos fazer uma audiência pública, que é o único órgão onde a gente vai lá, que fiscaliza no meu conhecimento foi isso. O que eu queria saber, essas derrubadas onde é a compensação, porque a gente vê na prática, eu queria a gente queria saber na prática tá, há uma compensação tantas árvores eu vejo vizinhos lá do Villagio, dizendo que pagaram multa tantas árvores de tal altura, mas aonde é plantada, que na prática a gente não vê isso. Tem mais pergunta, essas escavações também, essas escavações houve eu não, a gente não consegue entrar dentro de um onde estão fazendo um prédio, porque tem tapume mas eu vi não sei se é verdade, acho que vocês que tem que olhar, que houve prédio que foram afundado doze metros. Então o quê que é a minha sugestão, eu como cidadã e não como grupo também, e como grupo, é que então e ao invés de ficar furando o solo, que a gente tem lençol, uma massa lençol freático aqui embaixo do solo, a gente tem rocha, porque então não aumenta o tamanho dos prédio em vez de ficarem. Então nesse sentido, que daí não prejudica o planeta, claro que não é a ideia, mas tá prejudicando o planeta fazendo essa escavação. Outra coisa, ao invés de ser reposição só de mudas, porque uma muda não é uma árvore, isso a gente sabe, uma árvore de vinte anos, trinta anos de uma araucária não é uma muda, nem cinquenta dela suprime aquela. Por quê que então, a gente não investe o cara lá, o empreendedor, ele não repõe placa solar em escolas como foi sugestão minha, que ele leu, tratamento de esgoto naquela área como compensação, e outra, para onde vai esse dinheiro das multas, é pro meio ambiente que é compensado, tem como a gente vê isso. Então assim, a gente não consegue, não precisa só compensar de uma forma só, de plantar a árvore, que muda na árvore isso a gente eh não precisa ter conhecimento técnico, isso quem eu que nasci lá no interior, sei que muda não é árvore, é um é um pedacinho de uma árvore tá. E outra coisa então assim, mais prático as placas solares, uma placa solar sete placa que vale a 180 árvores, tratamento de esgoto naquela área, que o empreendedor pague diretamente pro meio ambiente, e não em dinheiro, então essa é a minha sugestão". Dr. **Ricardo Kautzmann:** "Boa noite, é claro que eu sei que estou numa cidade de vanguarda, e tem vários nomes aqui para elogiar, eu vou tentar ser sintético. E são só algumas colocações, é discordando da Sirlei. Eu acho que já a questão do Plano Diretor, a gente não tem que aumentar para cima, eh eu falo isso porque me dá uma impressão, apesar de eu não conhecer geologia, de que aqui em relação a gente ter uma base basáltica, que é uma rocha vítrea, a gente precisa ter uma um cuidado, isso talvez tem que ter um parecer geológico maior, quanto as detonações, que isso parece que foi parte da tragédia de Três Pinheiros. Então me parece que a rocha que não dá de si, ela racha, ela quebra, e pode entrar água, e pode deslocar uma enorme faixa. Então eu acho, apesar de a Cristiane discordar, eu acho que isso é pertinente, eu acho que isso pode causar dano por exemplo, as detonações nessa área da a araucária, poderiam ter desestabilizado o solo abaixo do Perinão. Por que não a gente não estuda aquilo, quer dizer foi feito um estudo para saber se aquela mesma rocha única, ela não se sobrepassa ali e vai até o Perinão ninguém sabe. Segunda colocação, eu acho ótima essa questão, de que a gente tem uma verba agora pro Parque dos Três Pinheiros, e eu coloco assim espero, eu cumprimentei o ex-prefeito Pedro quando ele criou o parque ali. Fiquei muito feliz com ele, e coloquei essa mesma ansiedade, tem um arroio podre que desemboca dentro dos Três Pinheiros, no lago, isso vem da região da Carniel, isso tem que estar parte desse dessa construção do Parque, uma estação de tratamento desse arroio, ele é ele é fétido, não dá para fazer nada ali com aquilo ali, e não pode simplesmente fazer uma maquiagem um redor do parque. E o que é o que é novo para vocês, talvez que eu trago como uma contribuição paralela, não se trata disso, mas é o meu momento de falar, fazem uns cinco anos atrás quando eu fazia parte do Conselho de Saúde, o Dr Elcio que era o diretor do hospital, nos trouxe a informação de que Gramado tem um índice per capita maior de câncer do que deveria ter certo, então a gente tem uma incidência de câncer na população maior. Então aqui entra essa meu pedido, meu rogo e é um pedido, eu acho da maior necessidade de valentia do poder público, dosar a quantidade de pesticida e metais pesados, que a gente capta no poço da faca. Houve uma transformação na região de São Francisco que é a cabeceira da nossa água, uma transformação agrícola, de pecuária e reflorestamento com pinos, que é uma outra questão, mas ele não destrói o aquífero para uma área de lavoura de batatas, repolho, que exige muito pesticida. Então, eu como médico, extrapolo uma possibilidade de relação entre o aumento da quantidade de pesticida, que a gente tá bebendo na nossa água, e defensivo agrícola, e metais pesados com isso, porque Gramado não teria nenhum outro motivo para ter um agravo de câncer, porque a gente é um ambiente puro aqui, mas houve essa mudança e talvez isso não caiu a ficha, só que dosar isso é saber do problema que é isso é o corajoso, e muito mais difícil é o que nós vamos fazer, mas pelo menos a gente sai da

|   |   |                  |
|---|---|------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | Data: 19/10/2010 |
|   |   | RQ - 025         |
|   |   | Revisão: 001     |
|   |   | Página 15 de 19  |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 39

inocência, da ingenuidade, ou da negação, de achar que isso não tenha menor efeito. Nenhum processo de de eh análise de água hoje que se faz, leva em conta metal pesado, pesticida, petroquímico, é só agente biológico isso, nós estamos ótimos mas não é só isso certo, então muito obrigado". **Roger**: "Boa tarde a todos, quero dar parabéns a todos aí, gostei muito da ação de ideias e argumentos, achei muito bem razoável. Eu vim achando que iriam pender para parte da psicose ambientalista né, quem já leu o livro do sua alteza lá, Don Bertran de olho e Bragança já conhece esse assunto né, que faz parte da agenda 2030. Mas foi muito bem eh exposto aqui os argumentos, principalmente ao Sr. Marcelo aí, gostei muito do seus argumentos, e gostaria de lembrar um outro, um outro índice que não foi falado, mas que eu acho que pode contribuir e colaborar. A segurança ela tá muito, intimamente ligada à conduta do ser humano, tá muito muito intimamente ligada à arquitetura e a beleza do local, existem alguns especialistas que defendem que a arquitetura influencia conduta, o Promotor já deve ter lido alguma coisa a respeito inclusive Rudolfo Juliani em 1998, instituiu a teoria das janelas quebradas na Prefeitura de Nova York. Então estão todos de parabéns né, pelo que eu vejo assim, eu sou um leigo no assunto, mas estão todos de parabéns, porque este assunto ele é de extrema importância, inclusive pra saúde psíquica. O doutor deve corroborar com o que eu tô falando aqui, pra saúde mental todo mundo que chega em Gramado, já dizia o professor Olávio de Carvalho, quando a gente aprecia uma boa obra, a gente percebe a inteligência que o autor usou naquela obra, naquele momento, e a gente participa da inteligência do autor, e a gente automaticamente se torna mais inteligente ao apreciar o que é belo né, ao buscar a beleza, a bondade e a verdade. A gente se aproxima de Deus, então muito para que a nossa cidade continue segura e em harmonia né. Parabéns também a ao Vereador Renan Sartori, que trabalha muito bem com essa pauta né, ela tá muito bem ligada à segurança. Então essa harmonia é fundamental, para que a cidade continue em harmonia com a cultura também, e com a riqueza. Esses elementos estão todos muito bem ligados. E mudando de assunto, perguntando para secretária Cristiane, se ela leu o projeto de lei do delegado Zuco, que a senhora criticou né a bancada do PP, PMDB, geral votou a favor do projeto de lei 151 de 2023, se a senhora lê ele tem um artigo, é uma página, acho que a senhora vai gostar do projeto, muito obrigado". **Roger Pinheiro**: "Estou aqui como representante como membro do Marh, e há muito tempo a gente vem lutando por essas pautas né, eu posso assegurar para todos vocês que desde que a gente começou a participar dos Conselhos, nós nunca tivemos assim um ganho e um avanço técnico e tecnológico em termos de trabalho das Secretarias como a partir da chegada da Rosaura e da Cristiane né. Até então, eram trabalhos assim esporádicos né, então elas compilaram isso tudo, organizaram então a estrutura que hoje nós temos na prefeitura, se deve muito ao trabalho delas né. E outra coisa que se observa, é a conversa entre Secretaria em especial Meio Ambiente e Planejamento né, que até então não havia, cada um tinha a sua posição e era uma briga de vaidades. Então hoje elas caminham juntos, então todo o progresso que hoje nós temos em termos de planejamento de obras, de restrições, o que é permitido que não é, é desse trabalho conjunto desses últimos anos, e embora isso né a gente vê, que se extrapola a legislação ou alguns casos, que para mim muitas vezes ficam sem respostas. E aqui eu faço a minha meia culpa de não ter ido buscar né, de casos pontuais que a gente pode citar, mas que pode assim eh refletir. Um âmbito maior por exemplo, supressão de árvores depois da concluída né, se não foi antes é porque não havia necessidade, depois foi feita é supressão de árvores eh em terrenos onde não há construção, onde não há risco de para casas vizinhas, supressão de árvores onde há construções antigas e que aparentemente não se viu risco de sanidade a às espécies né. Então são alguns casos que a gente vê, em que há uma dissonância entre a legislação o dever de cumprir, e o que está acontecendo né. Então isso, acho que a gente pode assim equalizar e a partir daqui estabelecer uma forma de cumprimento mais efetiva da legislação. Eu acho que a gente pode também, revisar no sentido da competência do município de torná-las mais restritivas né, e observar todas as as as colocações de vocês, e compilar isso tudo num estudo, ver o que a gente pode melhorar para a preservação do nosso meio ambiente natural, existe mecanismos para isso né, e a gente vai ter que trazer isso à tona então primeiro né". Secretária Municipal do Meio Ambiente **Cristiane Bandeira**: "Eu não critiquei o PL que já virou lei do Zuko da Assembleia Legislativa, eu critiquei o PL que tramita em Brasília na Câmara dos Deputados que é o PL 364 de 2019, não, é na Câmara dos Deputados eu falei né. Esse PL que eu critiquei, e acho que todos temos que né se interar ele Altera consideravelmente a possibilidade de supressão de todos os biomas não só do bioma da Atlântica em relação ao PL do Zuko independente do partido, porque para mim isso não tem a menor relevância né, também há críticas porque ele vai contra o sistema ambiental né, eu não posso ter retrocessos, e ainda semana passada na Gramado Summit conversava com a Secretária Marjore sobre esse texto. Bom, agora respondendo assim das questões que foram levantadas. Três Pinheiros né, Três Pinheiros, o que ocasionou a movimentação de solo nas duas nas duas partes daquela região não foram detonações, foi o acúmulo de chuva. Isso a gente já tem os estudos, hoje foi entregue a última parte do relatório e dos projetos né, em relação lá ao empreendimento do Ativa, o meu geólogo já me fez uma cola aqui, eles vinham acompanhando com o laudo realizado por sismógrafos né, eles aportam isso agora para que a gente possa analisar esses laudos, eles são solicitados dentro dos licenciamentos ambientais, porque o licenciamento ambiental ele é composto da parte de vegetação, mas ele também é composto do meio físico que é a parte da geologia que a gente avalia né, e do esgotamento sanitário. E aí Sirlei o quê que acontece quando eu faço o licenciamento ambiental, eu tenho situações que para implantar o empreendimento já que ele vai trazer um impacto negativo, eu tenho coisas que eu exijo de mitigação, de compensação. Dentro dessas ações, e daí não falando na troca de RFO por uma coisa ou outra né, a as mitigações e as compensações, obrigam lá no item de esgotamento sanitário que o empreendedor faça rede de esgoto, que o empreendedor traga um projeto para que a gente aprove uma ET eficiente né. Em relação ao Parque dos Pinheiros, depois que nós fizemos o convênio da Dutra em parceria com o Ministério Público, e que o município então passa a cobrar a Corsan através de uma ação judicial, uma não, várias ações judiciais promovidas pelo Ministério Público né, nós passamos a fiscalizar as unidades e as redes né, as unidades para interligação nas redes foram cerca de mil e quatrocentas, todas elas devidamente fiscalizadas e comprovadas no nos autos do processo né. Hoje nós temos trezentas que ainda pendem de atendimento das notificações, nós já vemos uma melhora na qualidade da água da barragem dos Pinheiros, e isso quem aporta é a Corsan dentro dos monitoramentos que a Fepan cobra, para o licenciamento do sistema de esgoto sanitário. Bruno se tu puder rapidinho repassar e relembrar Sirlei, da onde são feitas reposições por favor". Biólogo **Bruno**: "No lote sempre avaliada a possibilidade de plantio no lote né, o que a legislação prevê, o empreendedor pode propor um local diferente para realizar o plantio, e caso ele não possua uma área pra realizar o plantio né, é justificado no processo, a gente recebe as mudas, eh de acordo com o padrão estabelecido pelo plano municipal de arborização urbana né, destinado para áreas públicas do município. Aí existe um padrão de mudas específico para destinação de áreas públicas, e um padrão de mudas específico para arborização urbana né, não apenas plantamos no interior, realizamos campanhas de doação de muda, as pessoas eh os cidadãos gramadenses podem ir no Horto Municipal solicitar a doação de mudas, eles plantam nas suas propriedades tá. E falando em Ipês, é nós plantamos uma grande quantidade de mudas de árvores nativas, como a arborização urbana né, a arborização de grande parte da estrada que vai para Várzea Grande, teve uma grande ação de arborização também eh no Planalto com vários Ipês né, também no Planalto várias

|   |   |                  |
|---|---|------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | Data: 19/10/2010 |
|   |   | RQ - 025         |
|   |   | Revisão: 001     |
|   |   | Página 16 de 19  |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 40

ruas são arborizados com essas mudas que vêm das doações tá. E não sei se Cris finaliza essa questão das mudas né”. Secretária Municipal do Meio Ambiente **Cristiane Bandeira**: “Isso, e o fundo, existe o fundo de Meio Ambiente né, que é a questão que ele é abastecido digamos pelas multas, pelas taxas, até essa semana passada né Roger, a gente fez a prestação de contas, tá faltando ali alguns outros dados né, mas é feita a prestação de contas anual de todo esse dinheiro, e para onde eles vai. Normalmente a gente utiliza para projetos de educação ambiental e equipamentos pra Secretaria”. Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: “Uma questão que apontada pelo Ricardo no final da sua fala, Dr nós, não sei se o Marx quer falar sobre a questão da água né, que vem via Poço da Faca, nós podemos enquanto Câmara também, fazer um pedido a Corsan que ela nos apresente laudos, estudos, e que façam também testagens né, quanto essa questão”. Promotor de Justiça **Max Guazelli**: “Bom, na área da saúde eu não conheço esse dado nunca chegou para nós, eh há vários anos já tinha solicitado a Ibama que fizesse uma, isso faz, não faz parte do território de Gramado, a nossa água ela vem do Rio Santa Cruz, lá do Poço da Faca, ele fica o poço fica no município de São Francisco de Paula e próximo da divisa com Canela, e lá é captado a água e levado para a estação de tratamento, a principal que é a Eta 2 em Canela, e a nossa água de Gramado vem toda da Eta 2. A gente sabe que realmente houve uma mudança no perfil que era pecuária antigamente, hoje é muito plantio de batata na região, e se segue receituários agrônômicos, e o grande problema é quando se desrespeita o receituário agrônômico, e o plantador lá ele passa o veneno, o pesticida, eh por exemplo, e chove eh num período muito curto. Então existe toda uma regramento para passar esses pesticidas, e eu tinha solicitado há muito tempo já que o Ibama fizesse essa essas avaliações, mas não tive uma resposta, isso foge da nossa distribuição aqui, porque é a Comarca de Gramado né município de Gramado, e a captação é lá, a nossa água infelizmente é importada digamos assim. Mais uma outra situação, ah com relação a questão do esgotamento sanitário eh é importante lembrar que o o bairro Carniel quase a sua totalidade não possui rede é cloacal, então o grande problema de Gramado é que nós temos um solo rochoso na sua maior parte, e as soluções individuais fossa, filtro, sumidouro, elas não funcionam na maior parte do município e nós temos eh a rede de água dez vezes maior que a rede de esgoto. Então só para terem uma ideia do tamanho do GAP da dificuldade, para nós eh chegarmos lá e foi feito um contrato o aditivo com a Corsan, existe a meta que é uma da lei federal, a Corsan vai ter que eh implantar essas redes eh ao longo de vários eh bairros e de Gramado, para nós, a meta é 90% né de atendimento lá em 2033, é uma meta ousada, para e fundamental no bairro Carniel e daqueles bairros todos que circundam o lago do Parque dos Pinheiros, para despoluir aqueles arroios são pelo menos são quatro maiores que chegam na barragem. E mas já houve uma melhora da água isso é visível, perceptível no local, em razão da estação de tratamento do bairro Dutra, que hoje a o Corsan está operando está operando bem, mas eles foram obrigados compelidos numa ação do Ministério Público, e obrigado judicialmente foi uma briga grande com a Corsan, a Corsan ainda não desistiu da briga continua lá no processo, uma coisa incrível a resistência da Corsan em fazer algo que é inerente ao serviço dela, mas é isso. Ah só um detalhe, referente referente ali de multas e tal nós trabalhamos num sistema legalista um sistema de leis, e nós temos, se a pessoa comete um ato errado digamos, existe uma aplicação que tá na lei daquele do que vai ser aplicado a ela, a gente não pode, ah el fez isso vai ter que dar aquilo, vai ter que fazer tal coisa, não tem que tá numa lei. E geralmente as nossas leis nós estamos num país que quase tudo é lei federal né, algumas atribuições são possíveis aos estados e aos municípios, mas a grande maioria do nosso sistema legal é Legislação Federal. Mais um detalhe com relação à água, quando eu fui substituído, promotor substituído lá em Canela, como a Eta é lá em Canela, eu ajuzei uma ação contra Corsan com relação à qualidade da água, e eles adequaram, mas a Corsan tem essa deficiência, eles não fazem esses parâmetros os dos químicos né. Mas aí também existe uma falha legal né, a legislação não exige da Corsan esses levantamentos químicos pesticidas, etc, hormônios etc, e sim padrões biológicos, mas é mas assim, se a lei não exige também não posso cobrar né. *(neste momento houve manifestação do público presente sem o uso do microfone, ficando inaudível e sem condições de transcrição em ata)* É que tem que é que tem que ter amparo, é que tem que ter amparo legal, senão a gente não pode cobrar né *(neste momento houve manifestação do público presente sem o uso do microfone, ficando inaudível e sem condições de transcrição em ata)* Mas vou reiterar, essa informação da saúde não existe, é só assim do senhor ter ouvido Ricardo, então assim acho que esta informação nunca chegou para nós isso”. Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: “É nós vamos para encaminhar Ricardo, acho que assim para encaminhar o assunto se nós vamos fazer a solicitação também para a Secretaria, que ela nos apresente um levantamento um pouco mais aprofundado dessa questão, e vamos também buscar a Corsan para ver dessa possibilidade, sim mas nós vamos buscar enquanto Câmara aprofundar a temática. Sirlei peço para que seja breve, para que a gente possa passar as demais considerações”. **Sirlei**: “Como acontece lá em Torres, lá em Torres nós ganhamos o tratamento de esgoto em toda redor da nossa casa e a reforma do asfalto, porque autorizaram um loteamento lá, e lá onde tinha uma vila, onde depositava um lixo, caía ali é esgoto no mar, também houve essa compensação ao redor além de dentro, do essa é a minha ideia, de copiar lá de Torres. Não só dentro do loteamento é obrigação, só que a compensação também a cidade ganha com isso, não sei qual é a área quadrada metragem, mas nós lá na nossa rua nós ganhamos tratamento de esgoto, porque autorizaram um loteamento ali. E isso já faz mais de dez anos não é de hoje que Torres vem fazendo isso tá”. **Jair Portulan**: “Boa noite a todos, primeiramente Dr. Max, Cristian Bandeira, explicação técnica maravilhosa do Bruno como sempre. A minha questão é na araucária em frente ao Rissul, a chegada araucária centenária tal e tal que todo mundo comentou, que eu pensei que hoje ia vir as gretas das redes sociais, para promover alguma discussão mas infelizmente não veio. Seguinte, a chegada da Defesa Civil em frente, ou ao lado ou junto ao empreendimento que está sendo construído em frente ao Rissul, averiguar que a árvore estava prestes a cair, não seria melhor ter chamado um técnico certificado a Secretaria do Meio Ambiente para fazer uma avaliação, no caso de queda, parar a obra, parar a obra fazer todo o levantamento para que a árvore não vier a cair não viesse a cair, antes do que dá o aval da retirada dela, não seria essa a melhor forma. A chegar do do do Defesa Civil averiguou averiguou e poderia cair, não seria melhor chamar um técnico do município, e fazer uma reestruturação ao redor dessa araucária, do que ter promovido a a retirada dela”. Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: “Vamos fazer só o caso também pode responder, vamos fazer também a rodada para pra gente também trabalhar o encaminhamento. Alguém também gostaria de fazer uso da palavra, nós estamos fazendo uma rodada de quatro perguntas, se nós não tivermos a continuidade da rodada nós vamos passar pra Mesa”. **Susana**: “Boa noite a todos, sou Susana do movimento ambientalista. Eu queria recopilar tudo o que foi dito hoje aqui né, e lembrar que estamos aqui porque teve um descontentamento da comunidade né. Então isso, eu acho que deveria levar realmente a uma discussão, porque hoje foi muito explanação né por parte do executivo, e faltou um pouco, eu achei que faltou um pouco esse debate né, esse debate e volta de, o que é que achamos o que que não achamos. Ficou curto o tempo né passamos quase 2h 45 min escutando e pouco tempo para poder falar primeiro isso. Eu acho que o que o sentimento que a comunidade quer expressar, é que no centro urbano de Gramado, cada vez tem menos verde, agora aqui falamos sobre uma araucária no Rissul, mas não é só uma araucária, tinha duas na frente de Correios, tinha outros noutros lugares do centro, e cada vez vemos menos araucárias os recenciamentos momentos ambientais provavelmente estão certos, e isso eu já também formo parte do Condema, e sei que vocês trabalham de um jeito sério e responsável. Mas isso que estamos vendo né, e a população





## Ata de Sessão

### Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN - XVI Legislatura -

FL. 41

parece que não quer tudo isso, então isso, acho que precisa um pouco mais de debate, como podemos fazer para conservar mais o verde no centro. O Marcelo né colocou uma imagem na frente de um prédio, como uma árvore, o Bruno explicou muito bem ou mencionou o plano de arborização urbana, de repente esse plano fica muito engavetado e precisamos mais plantação de árvores no centro, no final da Borges de Medeiros tem lugares para árvores e não tem nenhuma árvore lá né. Eu acho que é isso que precisamos trazer um pouco a debate né, e depois outra coisa, temos compensações mas as compensações não são no centro, são na área rural, então ficamos um pouco órfãos de verde no centro, se me permitem nessa palavra né. Então como podemos debater isso, para que da poder trazer mais verde pro centro, para que as pessoas têm mais essa sensação de não perder, a essa qualidade de verde, esse essa beleza que dá as árvores, as araucárias no céu de Gramado para mim é uma coisa maravilhosa né. Eu acho que muitas pessoas têm essa sensação, essa essa sensibilidade pro verde, então ao meu ver, isso não deveria ficar só aqui, deveria ter mais discussão da comunidade, para poder chegar a um ponto que as pessoas né, possam construir e possam fazer uso da propriedade privada, mas ao mesmo tempo a comunidade não tenha esse sentimento de perda do verde, seria isso". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Eu acho que também fica como um dever de casa, e foi a sugestão que eu eu levantei, de nós trabalharmos um programa embora existam programas né. E nós reconhecemos o trabalho, eu sou uma das pessoas que junto com o vereador Renan alguns colegas a gente faz críticas também, mas não é uma crítica aos servidores do Meio Ambiente, não uma crítica específica à Secretária, mas nós enquanto moradores, quanto representamos a comunidade, nós somos muito cobrados a cada momento que há uma supressão né. E nós estamos dispostos, eu acho que essa discussão ela precisa continuar, e a audiência pública ela tem um instrumento, também nós precisamos seguir um rito né, que nos impõe o nosso Regimento Interno e né de enfim, mas eu acho que parte desse processo nós estamos construindo essa noite né. Eu acho que a sugestão que o Caruccio traz, também algumas delas eu acho que são viáveis, outras talvez não tenham mais dificuldade de viabilizar, mas nós construímos um programa efetivo de arborização, ou de, eu entendo de reflorestamento de araucárias a gente precisa pensar nisso também, então eu acho que fica como uma sugestão, para que a gente possa num outro uma outra reunião talvez não como audiência pública, mas uma uma roda de conversa, ou a própria comissão promove na Sala da Democracia, para que a gente possa apresentar própria Secretaria, deixar de repente um desafio pra Secretaria do Meio Ambiente né, a gente sabe que ela tem, e ela cumpre um papel com poucas pessoas né, um papel muito importante, muito difícil, e acabe a ela então fazer educação ambiental, cabe a ela fazer a fiscalização, a execução, a análise de projeto, e a gente coloca mais uma tarefa então, para que a gente possa pensar juntos né no encaminhamento, na questão da região central né, embora também a questão espaço rural muito importante. Acho que ficou a questão para responder do Cássio, também caso que a Sirlei acho que coloca se não me engano, que é da Defesa Civil não, por que não foi o Jair, por que que a a Defesa Civil, que faz essa análise né, do risco, se não teria que ter um apoio técnico do meio ambiente". Coordenador da Defesa Civil **Cássio Júnior de Oliveira Freitas**: "Pois bem, eh uma que já foi detectado no local Jair, é a questão de toda a, 95% como é que vou dizer assim, o ferimento né vamos dizer assim, abalou a própria sustentação que foi a raiz da araucária, é o que tanto que no dia que foi lá a nossa equipe, lá esteve no local eu demais colegas, a própria preocupação dos engenheiros locais, os engenheiros também avaliaram lá em conjunto, em loco, e mais se não me engano o biólogo também estava lá no local, o risco dela cair. No momento lá da ocasião, foi percebido que ela já tava levantando o próprio sistema da raiz junto com as rochas, se tu viu as fotos que estava ali recente foi mostrado, um ponto de caída dela era iminente, e assim em seguida como a gente falou para eles, a gente tinha também recebido a questão do alerta que as demais Secretárias aqui recebem nós aqui da Defesa Civil, referente aos ventos. Não só tava em risco a obra Jair, mas e sim tava em risco questão não sabia a proporção do vento, e questões locais tinha comércio do lado, tinha via pública ali junto ao município. Sim, a árvore tinha vinte, vinte cinco metros, mas a gente também não sabia a proporção que ela poderia ocorrer na via pública, contra os doentes. Há pouco até o município aí, a tempos atrás aí questionou a Defesa Civil, ah o Corpo de Bombeiros não autorizou, não foi avaliar uma árvore onde colocou o óbito uma pessoa aí. Então é muito complicado essa questão, a gente também avalia essa questão, questão de vidas e patrimônios, creio eu que nenhum servidor nosso, questão nossa equipe da Defesa Civil ia fazer um termo ilegal de tá sacrificando uma questão da natureza, muito pelo contrário, a gente tá aqui para preservar como já foi falado, vidas e patrimônios, e o meio nosso meio ambiente, onde a gente também fiscaliza em questão juntamente com a Secretaria de Meio Ambiente, e também várias questões eh por mais que ele, por mais que esse empreendimento ele veio cometer um dano, a nossa avaliação ela tá bem sanada embaixo né. Ela é autorizada, ela foi visto ali, foi dado eh que ela tem risco iminente, mas lá na nossa autorização já explica que por mais que ela apresenta um risco iminente, não está examinado que ele não vai questões ambientais ele poderá responder, e ele vai responder entendeu. Então por mais que a gente acatou que é um risco eminente ao todo que ele provocou, sim, ele responderá porque a gente avaliou o risco iminente, e avaliou que ela tem que ser removida o quanto antes certo". Promotor de Justiça **Max Guazelli**: "Eu gostaria de dizer umas palavras com relação ao que a Suzana comentou. Susana assim, tem um fórum fantástico de participação popular, que é o são os Conselhos né Principalmente o Condema, eh em que o próprio Marh participa, e eu vejo assim, o um progresso assim como na Secretaria de Meio Ambiente ao longo dos anos. Bom eu estou aqui desde 2011 eh as reuniões do Conselho, eu me lembro assim de chegar lá e pedi para as pessoas, olha vocês conhecem a área que vocês estão assim analisando, assim situações bastante cinzentas digamos, de grande repercussão que chegavam ao Conselho, e aí as pessoas bah onde será que fica essa área, bom vamos votar vamos, não mas para aí. Então quando eu cheguei aqui em 2011 eu comecei a participar de todas as reuniões do Conselho, eu não sei até que ano eu fui participando de todas as reuniões do Condema, porque eu vi a fragilidade da participação popular, porque as pessoas não gostavam, muitos estavam ali indicados por órgãos das entidades da comunidade, estavam ali ah eu vim aqui porque a entidade tal me indicou, e tava a fim de ficar em casa. Mas a importância do Condema, também do Conselho do Plano Diretor. Então eu só, eu só parei de frequentar as reuniões do Condema, quando eu senti segurança, quando o Condema passou a ser mais questionador, efetivo, quando as pessoas tinham um maior conhecimento de causa, lá um fórum fantástico de participação da comunidade, muito mais a audiência pública ela serve muito assim para extravasar essa moção, mas lá é um é o local de debate dos fatos dos principais eh da das questões ambientais de Gramado. Desse fato ali na onde era APAE na frente dos correio, tinha duas araucárias naquele terreno tá, eu instaturei um expediente para questionar por que que iria ser autorizado o corte daquilo, houve um abaixo assinado de moradores contra aquilo, e foi para, os passou pelos Conselhos, passou pela Secretaria, havia viabilidade legal daquele corte dos pinos, araucárias, a legislação à época permitia, hoje o Plano Diretor acredito que mudou isso aí, hoje não mas naquela época se permitia. Aí veio as respostas, veio o aval do Conselho o que que eu vou fazer né eu trabalho com a lei né Pois é aí eu Assim ficamos assim alguns moradores com uma baixa assinado e eu indignado e até coloquei no arquivamento, que não era se tirando os últimos pinheiros araucárias do centro da cidade que nós íamos transformar nossa cidade em mais bela, com prédios bacanas não era isso né. Mas isso passa da mudança, da percepção do construtor, ele tem que saber que aquele pinheiro valoriza o prédio dele né, não que ele vai ganhar uns

|   |   |                  |
|---|---|------------------|
|  | <b>CÂMARA DE VEREADORES</b><br><b>Gramado</b> | Data: 19/10/2010 |
|   |   | RQ - 025         |
|   |   | Revisão: 001     |
|   |   | Página 18 de 19  |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 42

metros a mais, e é isso que a gente tem que buscar né, a gente tem que convencer o consultor ele é o dono da área, se ele tá com a lei do lado dele a gente tem que mostrar que ele pode ganhar mais preservando né, então é uma, é um trabalho de convencimento. E lá no Conselho a participação foi fantástica de melhoria nos últimos anos né, e que eu me sinto muito mais tranquilo, lá é um fórum bom, não é perfeito não é. Assim como Conselho de Saúde, quantas reuniões eu fui no Conselho de Saúde as coisas passavam batidas naquele conselho também né, então hoje melhorou o poder de crítica". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Também, chegaram perguntas, eu acho que pra gente encaminhar já pras considerações finais, a **Karen Salvador** questiona sobre o impacto do solo nessa obra da araucária derrubada, acho que é um assunto que foi já colocado aqui. O **Marcos de Borba** perguntou, quantas árvores foram extraídas da cidade nos últimos quinze anos. Não sei se de cabeça a gente tem essa né acho, acho que poderia se responder mas a partir de um, não nesse momento né. Eu acho que ele se refere a quantas autorizações foram dadas né. **Aline Castilhos** pergunta se terá prometida unidade de conservação no Parque das Orquídeas. Nós falamos do Parque dos Pinheiros falamos um pouco par das Orquídeas né. Secretária Municipal do Meio Ambiente **Cristiane Bandeira**: "A Aline, ela tem uma área que é linda ali se eu não me engano Parque das Orquídeas né, ela um tempo atrás de para criação de um espaço de criação ambiental, e acabou fazendo uma intervenção em APP e aterrando uma nascente. Até a gente tem aguardado ela para protocolar o Prade daquela área né. Respondendo objetivamente, ela teve toda a orientação de como se criar uma RPPN dada por mim, pelo Dr Max, e pela Rosaura na Fepan, mas fez uma intervenção sem qualquer tipo de licenciamento e causou um dano a uma APP. Em relação à unidade de conservação Parque das Orquídeas, não, não será uma unidade de conservação pela caracterização dela, o que nós temos é um parque urbano né, que vai chegar a quase 46 (quarenta e seis) hectares, aonde no projeto que está aqui tramitando, a gente já tá dando regras de uso ali, conforme o projeto urbanístico relevante Parque das Orquídeas". Presidente da Comissão encaminhou para as considerações finais. Presidente do MARH **Isabel Scheid**: "Bom, nós nós tivemos uma sessão longa, extremamente interessante, eh aprendemos, conhecemos bastante da questão legal e restam algumas reflexões, a primeira delas é que sim, a supressão é legal em muitos muitos casos, mas é desejado, é isso que a comunidade quer em muitos casos. Eu acredito que esse ponto fica em aberto aqui, eh até quando então isso nos leva a reflexão, de que provavelmente as leis estão sendo mais flexíveis que o desejo da comunidade. Então esse é outro ponto bastante importante, eh e finalmente eu creio que também outros momentos, e nessa audiência pública nós começamos a ter mais claro a noção do limite, de que há limites, e que talvez a gente esteja muito muito próximo do limite na questão ambiental, na questão paisagística, na questão do bem-estar, e que nós temos que repensar isso administração pública, legisladores, cidadãos a nossa participação, a nossa movimentação, a nossa manifestação né. Dr. Max salientou muito a a importância do Condema né, e de outros conselhos, o movimento ambientalista tem eh estado presente, e infelizmente eh muitas vezes tem sido frustrante essa participação, mas nós temos um lema também o movimento ambientalista do não desistimos nós continuamos né, porque nós consideramos muito importante o fórum, e a participação cidadã nesses fóruns né. Eh então sim, existem alternativas, mas nós temos que começar a trabalhar, eh a noção de que existe limite e que nós estamos chegando muito próximo desse limite, essa é a essa é a nossa conclusão dessa reunião de hoje à noite, muito obrigado pela oportunidade em nome do movimento ambientalista". Secretária Municipal do Meio Ambiente **Cristiane Bandeira**: "Só aqui as minhas considerações né, acho que brevemente em primeiro lugar, eu queria agradecer a equipe da Secretaria né, eu me sinto muito honrada em estar na gestão deles, liderando eles, estimulando eles a serem cada vez melhores, não no licenciamento nas políticas né, e fico assim muito feliz com o que a gente conseguiu hoje informar e esclarecer né Professor Daniel, e até porque eles também escutaram muitas críticas eram vazias né, a começar ali, aqui nessa Casa mesmo foi falado de que não temos política de reflorestamento, e nem queremos, a ideia hoje do acordo de Paris é que a gente tenha restauração né, políticas de restauração da vegetação. Também foi dito que a gente não fiscaliza, que a gente atua sem considerar a lei para beneficiar alguns empreendedores, não é verdade, a regra é para todos, e eu posso dizer que ali, a equipe é comprometida com isso. Também foi dito que a gente não tem nenhuma política ambiental, uma consideração completamente desconexa, porque somos referência né, e me sinto feliz de hoje estar aqui com eles né, podendo falar um pouquinho do nosso trabalho e levar informação, porque é com esta informação que vocês vão compreender como se dá o trabalho de um órgão que tem uma função que é preservar, que é desenvolver, que é conservar né, e que é um direito da coletividade, e que a gente lida com ele todos os dias. A Secretaria tá sempre à disposição, na dúvida né, antes de dizer que não temos, vá na Secretaria, eu até disse pra equipe olha se vocês quiserem a gente convida a passar uma semana conosco, e a ver no dia a dia os debates que a gente tem, e as tomadas de decisões né, técnicas e sempre com o maior ganho ambiental possível. Então muito obrigada Professor Daniel pelo espaço né, e acho que vários temas aí ficaram bem esclarecidos hoje à noite". Promotor de Justiça **Max Guazelli**: "Bom eu só queria ressaltar aqui, principalmente o trabalho do Marh, que quando eu cheguei aqui em 2011 era um guerreiro solitário pela causa do meio ambiente, até porque promotor de justiça que atuava no meio ambiente não existia em Gramado, porque o colega não era nem titular dessa área, não existia promotor justiça que tivesse uma atuação específica no meio ambiente, que só passou a existir com a minha chegada. Então quer dizer em 2011, me virei um aliado do Marh né, e por isso que eu disse que o Marh era sempre assíduo lá na promotoria de justiça e e a Secretaria de Meio Ambiente era infelizmente era vazia de técnicos né, e de perfil técnico, isso mudou ao longo dos anos né, nós temos hoje. Então assim, se criou, e o Condema que eu falei que, que era impressionante o Marh era voto vencido no Condema, aliás o Condema era praticamente dominado por empresários do ramo imobiliário na época. Então assim, se mudou esse perfil, então claro é evidente, tem muita, nós temos que sempre trabalhar para o aprimoramento dentro da legalidade, mas o resgate nesses anos, ao longo dos anos com essas parcerias dessas esses técnicos que foram chegando, o aprimoramento no Condema, o aprimoramento da Secretaria. Então os vereadores aqui não tinham essa pauta ambiental, hoje tem a pauta do Plano Diretor, a questão da habitação. Então assim, todas essas novas pautas que não eram debatidas dez anos atrás, não se aliás eu eu escutava quando eu cheguei aqui, que esgoto não era um problema, eh vi ouvi vereador dizendo isso, esgoto é um problema da Corsan. Disse não, esgoto é um problema nosso né, então vejam como mudou tudo né, hoje nós estamos aqui inclusive essa audiência, o fato dessa audiência acontecer, mostra o quanto crescemos né. Então é isso que me deixa eh orgulhoso dessa comunidade". Coordenador da Defesa Civil **Cássio Júnior de Oliveira Freitas**: "Então agradecer então essa oportunidade de estar aqui expando as dúvidas aqui, também agradeço a todos aqui presentes, a minha equipe aí e demais autoridades, boa noite a todos". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Então nós caminhando para o encerramento, agradecer a presença de todos, nós acreditamos que uma cidade melhor se constrói com diálogo, com construção, com ponto e contraponto. Agradecer mais uma vez a SOS Verde né, que estimulou também esse debate através de uma audiência pública, e a Câmara de Vereadores né, em nome do nosso Presidente Cícero Altreiter, está sempre à disposição da

|   |   |          |                  |
|---|---|----------|------------------|
|  | <p style="text-align: center;">CÂMARA DE VEREADORES</p> <hr/> <p style="text-align: right;">Gramado</p> | RQ - 025 | Data: 19/10/2010 |
|   |   |          | Revisão: 001     |
|   |   |          | Página 19 de 19  |
| <b>Ata de Sessão</b>  |   |          |                  |

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 43

nossa comunidade. Nada mais tendo a declarar dou por encerrada esta presente audiência pública, ela está registrada, ela pode se acompanhar também através das redes sociais, no canal do YouTube e no Facebook da Câmara de Vereadores, boa noite obrigado a todos". Sala de Sessão, 16 de abril de 2024, M<sup>a</sup> Aparecida Oaigen Benetti, Assessora de Direção da Câmara de Vereadores .....

---

Vereador Prof. Daniel  
Pres. Comissão de Mérito